



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 062

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 02 DE MAIO DE 2013

ANO II

SUMÁRIO

ADVOCACIA GERAL	Capa
TAQUIGRAFIA	Capa
SUP DE RECURSOS HUMANOS	0940

ADVOCACIA GERAL

EXTRATO

PROCESSO n 013/2007/ALE/RO – volume XXI

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0020/ALE/CPL/2007, FIRMADO ENTRE A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA E OI S/A.

OBJETO: prestação de Serviço de Telefone Fixo Comutado (STFC), na modalidade local, com fornecimento de linha convencional, não residencial, com facilidades de PABX, Serviço de Longa Distância Nacional, Serviço de Longa Distância Internacional, Serviço de Longa Distância Nacional para Móveis, de acordo como projeto básico.

VALOR: Para o presente Termo Aditivo foi emitida Nota de Empenho nº 2013 NE 00365 que atenderá o período estabelecido na cláusula anterior no valor de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais).

PRAZO: O prazo de PRORROGAÇÃO do presente Termo Aditivo é 6 (seis) meses, iniciando-se em 04 de abril de 2013 e findando em 3(três) de outubro de 2013.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CLÁUSULA QUARTA:- As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão à conta da seguinte programação:-

MESA DIRETORA

Presidente: **HERMÍNIO COELHO**
1º Vice-Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
2º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **MARCELINO TENÓRIO**
4º Secretário: **VALDIVINO TUCURA**

Natureza da Despesa:- 339039.
Programa de Trabalho:- 01122102020620000
Evento:- 400091

Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente Termo Aditivo às fls. 10 do Livro de Registro próprio, da Advocacia Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, o qual depois de lido e achado conforme vai devidamente assinado pelas partes adiantes e com o respectivo visto do Advogado-Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Porto Velho, 18 de Abril de 2013.

CONTRATANTE:

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado José Hermínio Coelho - Presidente
Arildo Lopes Da Silva – Secretário-Geral

CONTRATADA:

OI S/A

Juan Antonio de Carvalho Raindo - Representante legal
Carlos Alberto Aguiar Félix - Representante legal

Visto: Celso Ceccatto - Advogado-Geral

TAQUIGRAFIA

ATA DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA. Em 23 de abril de 2013

Presidencia dos Srs.
Maurão de Carvalho – 1º vice-Presidente
Jaques Testone - Deputado
Hermínio Coelho - Presidente
Lebrão - 1º Secretário

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - *Carlos Alberto Martins Manvailer*
Chefe da Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

Secretariado pelos Srs.
Lebrão – 1º Secretário
Kaká Mendonça - Deputado
Epifânia Barbosa - Deputada

(Às 15 horas e 30 minutos é aberta a Sessão)

PARLAMENTARES PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Adriano Boiadeiro (PRP), Ana da 8 (PT do B), Cláudio Carvalho (PT), Edson Martins (PMDB), Epifânia Barbosa (PT), Euclides Maciel (PSDB), Flávio Lemos (PR), Hermínio Coelho (PSD), Jaques Testoni (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Kaká Mendonça (PTB), Lebrão (PTN), Luiz Cláudio (PTN), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Marcos Donadon (PMDB), Maurão de Carvalho (PP), Neodi (PSDC), Ribamar Araujo (PT), Saulo Moreira (PDT), Valdivino Tucura (PRP) e Zequinha Araujo (PMDB).

PARLAMENTARES AUSENTES: Glaucione (PSDC).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Sob a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense declaro aberta a 68ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura.

Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretária) – Procede a leitura da Ata da Sessão anterior.

(Às 15 horas e 33 minutos o Senhor Maurão de Carvalho passa a Presidência ao Senhor Jaques Testoni).

O SR. JAKES TESTONI (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou-a por aprovada. Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura do Expediente recebido.

O SR. LEBRÃO (1º Secretária) – Procede a leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 96/2013 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação até o montante de R\$2.921.447,33 em favor da unidade orçamentária: Departamento de Obras e Serviços Públicos – DEOSP”.

02 – Mensagem nº 97/2013 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “institui o Conselho de Alimentação Escolar do Estado de Rondônia – CAERO e dá outras providências”.

03 – Mensagem nº 98/2013 – Poder Executivo, comunicando a ausência do Vice-Governador do Estado de Rondônia, por se tratar de assuntos particulares.

04 – Mensagem nº 99/2013 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por *superávit* financeiro até o

montante de R\$1.600.000,00, em favor da unidade orçamentária Instituto de Pesos e Medidas – IPEM”.

05 – Mensagem nº 100/2013 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação até o montante de R\$231.889,59, em favor da unidade orçamentária: Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado – FHEMERON”.

06 – Mensagem nº 101/2013 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação até o montante de R\$12.814.000,00, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS”.

07 – Mensagem nº 102/2013 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por *superávit* financeiro até o montante de R\$13.078.954,63, em favor da unidade orçamentária Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado – FHEMERON”.

08 – Mensagem nº 103/2013 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante doação, as edificações pertencentes ao Estado de Rondônia ao Município de Vilhena – RO”.

09 – Ofício nº 020/2013 – PT do B, comunicando que a Comissão Provisória do Partido Trabalhista do Brasil, decidiu pleitear a sustação da tramitação da ação penal nº 0013075-40.2011.8.22.0000, que caminha no Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

10 – Ofício nº 378/2013 – Ministério Público, encaminhando ofício do Movimento em Prol da Instalação dos Municípios de Extrema e Tarilândia, em complemento ao Ofício nº 291/2013-GAB-PGJ.

11 – Ofício nº 517/2013 – DETRAN, informando a celebração de Convênio nº 32/2012 com a Prefeitura do Município de Alvorada do Oeste, pertinente ao Processo Administrativo 3883/2012.

12 – Ofício nº 341/2013 – COTEL, encaminhando resposta de Indicação Parlamentar nº 1556/2013 de autoria do Deputado Luiz Cláudio.

13 – Ofício nº 519/2013 – DETRAN, informando a celebração de Convênio nº 06/2012 com a Prefeitura do Município de Rolim de Moura, pertinente ao Processo Administrativo 14.692/2011.

14 – Ofício nº 162/2013 – Tribunal de Justiça, comunicando que concedeu a liminar nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0002449-88.2013.822.0000.

15 – Ofício nº 080/2013 – Conselho Estadual de Saúde, solicitando cópia do Projeto de Lei nº 788/2013 de 12 de março de 2013 de autoria do Poder Executivo Estadual.

16 – Ofício nº 267/2013 – Tribunal de Contas, encaminhando Relatório Técnico da Decisão nº 57/2013/GCVCS/TCE-RO referente ao Processo nº 1066/2013 – Edital de Licitação – Chamada Pública nº 01/2013/SEFIN.

17 – Ofício nº 374/2013 – Ministério Público, sugerindo que a Assembleia realize alteração à Lei nº 1.307, de 29 de dezembro de 2003 e o Decreto nº 10.890/2004 no intuito de incluir entre os beneficiários o acompanhante do deficiente que não puder se locomover sozinho.

18 – Requerimento do Senhor Deputado Cláudio Carvalho, justificando sua ausência nas Sessões dos dias 17 e 18 de abril de 2013.

19 – Requerimento do Senhor Deputado Neodi, justificando sua ausência nas Sessões dos dias 11, 16, 17 e 18 de Abril de 2013.

O SR. JAQUES TESTONI (Presidente) – A Assembleia Legislativa agradece a presença do Excelentíssimo Senhor Leonor Scharammel, Controlador Geral do Estado de Rondônia, também do Excelentíssimo senhor Vereador Jarlei Batista Moreira; da Câmara Municipal de Alta Floresta; também do senhor Semildo Kaefer; Vice-Presidente do Projeto RECA, do Distrito de Nova Califórnia.

A Sessão está suspensa por conveniências técnicas.

(Suspende-se esta Sessão às 15 horas e 40 minutos e reabrindo às 15 horas e 41 minutos).

O SR. JAQUES TESTONI (Presidente)- Está reaberta a Sessão.

Passemos às Breves Comunicações. Não há oradores inscritos. Encerrado às Breves Comunicações, passemos ao Grande Expediente.

Com a palavra pelo prazo de 20 minutos o nobre Deputado Neodi, com apartes.

O SR. NEODI – Senhor Presidente, nobres Deputados, senhoras Deputadas, senhores e senhoras nas galerias desta Casa, imprensa. Eu venho aqui à Tribuna desta Casa, Senhor Presidente, agradecer ao Governador Confúcio Moura. Na sexta-feira da semana passada, nós tivemos lá em Machadinho, Deputado Adriano Boiadeiro, Deputado Adelino, a instalação da residência do DER, Deputado Ribamar, naquele município, que com certeza é muito importante para toda aquela população. Machadinho, hoje, é um dos municípios que tem uma das maiores malhas viárias do Estado de Rondônia, tanto do município quanto do Estado. As estradas do município... são mais de 2.500 quilômetros de estradas vicinais, Machadinho tem quase 500 quilômetros de estradas de responsabilidade do Estado e se fazia necessário à implantação da residência do DER. Quero aqui exaltar o trabalho do Diretor do DER, Dr. Lúcio Mosquini, do Governador que atendeu um pedido antigo, Deputado Ribamar, que eu venho fazendo sobre a instalação, para que devolvesse a instalação do DER em Machadinho. Nós tivemos a instalação do DER em Machadinho nos governos, na época do Governo Jerônimo Santana. Na época, eu lembrei, o Senador Raupp estava lá, ele era o Diretor do DER, quando foi implantando o DER em Machadinho. Depois foi tirada a residência do DER em Machadinho e fez uma falta muito grande e com certeza com a nova sede do DER em Machadinho, com a residência do DER lá, Deputado Lebrão, vai ser muito importante para aquela região. Maquinários novos, maquinários realmente à altura para que possam realmente atender àquela população. Segundo assunto que eu quero falar na Tribuna desta Casa... é um absurdo, Deputado Ribamar Araújo, Deputado Lebrão, o que estão querendo fazer, Deputado Jaques Testoni, com o IDARON. Não dá para admitir que tenha alguém no Estado de Rondônia que pense desta forma. E já tem uma determinação

do Tribunal de Contas para que seja mandado embora, se eu não me engano, até o final do mês, Deputado Lebrão, mais de quarenta funcionários do FEFA. Isso é um absurdo, isso é uma vergonha! Querem retroagir, fazer este Estado voltar ao tempo que a sanidade animal do Estado de Rondônia era desconhecida, nós não podíamos exportar carne nem para o vizinho, para o Estado do Mato Grosso ou para qualquer outro Estado. Não podia sair boi em pé, não podia sair carne de Rondônia por conta do risco de aftosa. E graças ao trabalho do FEFA, juntamente com o IDARON, iniciativa público-privada que deu certo, Deputado Ribamar. Agora estão querendo acabar com o FEFA. Isso é um absurdo! Eu disse aqui que colocaram o cidadão para cuidar do gado de Rondônia, um cidadão no IDARON que ele não sabe distinguir uma vaca de leite de uma vaca de presépio que se coloca lá para enfeitar, ou sei lá o que, qualquer coisa. Então é um absurdo, é uma aberração um negócio desses! Nós não podemos permitir, o governo do Estado não pode aceitar esse tipo de coisa que acontece no Estado de Rondônia. Retroagir, Deputado Adelino! O que é isso, Deputado Euclides? Vamos voltar à época que o Estado de Rondônia... Hoje o Estado de Rondônia vive do agronegócio, é da pecuária, é do leite, do queijo, da plantação de arroz, do milho, enfim, é o agronegócio que impulsiona o Estado de Rondônia hoje. E se nós temos a condição de ficar livre da aftosa, nós estamos exportando para o mundo; para os Estados Unidos, para a Europa, para o Japão, enfim, para o mundo todo nós estamos exportando carne, hoje. Vamos retroagir novamente? Voltar para trás? Voltar ao que era em 1995, 96, risco desconhecido. Isso é um verdadeiro absurdo! Nós não podemos admitir, esta Casa tem que se posicionar, e eu convoco todos os Deputados ligados ao setor produtivo do Estado de Rondônia. Nós não podemos, Deputado Lebrão, assistir isso de braços cruzados. Nós não podemos assistir isso, voltar para trás, um retrocesso desses sem realmente mostrar que nós não vamos permitir que isso aconteça.

O Sr. Lebrão – Deputado, me permite um aparte?

O SR. NEODI – Concedo o aparte ao Deputado Lebrão.

O Sr. Lebrão – Agradeço o aparte do Deputado Neodi e parablenzo-o pela defesa em prol do FEFA que presta um relevante serviço para o Estado de Rondônia. Hoje a sanidade animal nós devemos muito ao FEFA. E a maioria das estruturas que nós temos hoje, do IDARON, são construídas com recursos do FEFA e essa sobra de recurso nada mais, nada menos do que a segurança que nós temos, Deputado Neodi, no caso de um foco de qualquer tipo de doença animal é que o FEFA entra em ação e nós temos quarenta e oito pessoas, hoje, correndo risco de perder seus empregos por causa dessa ação do governo do Estado, que eu tenho certeza que será revista e sem dúvida nenhuma eles vão acabar com essa ideia de acabar com o FEFA, porque senão, infelizmente, nós vamos ficar totalmente sem segurança na nossa defesa animal do Estado de Rondônia que hoje já se encontra numa situação bastante avançada, quase que livre da vacinação. E como Vossa Excelência disse, nós não podemos de maneira nenhuma retroagir, nós temos que caminhar para frente, nós temos que buscar tecnologia de ponta e zootecnia, melhorando muito

mais o rebanho do nosso Estado de Rondônia e o FEFA é um instituto que realmente faz a diferença dentro do IDARON.

O SR. NEODI – Obrigado pelo aparte, Deputado Lebrão. Inclusive eu lembro, que em 1997 eu era Prefeito de Machadinho, eu recebi uma Comissão do FEFA em Machadinho, nós fizemos a primeira reunião com os agricultores em Machadinho do Oeste. Uma coisa que realmente pegou no Estado inteiro. Aquilo que eu sempre defendi, que o IBAMA deveria fazer com o setor madeireiro o que o FEFA, o que o IDARON fez com os criadores de gado, sem chegar com aquela truculência, com metralhadoras, com todo aquele equipamento de guerra na casa de um produtor rural porque derrubou umas árvore, roçou uma capoeira, metendo multa. O que o FEFA e o IDARON fez? Cumprir a lei, como a lei que tem que vacinar para livrar da aftosa, para valorizar o rebanho do Estado de Rondônia e foi feito dessa forma, de parceria com os agricultores e graças ao FEFA que chegou aonde chegou. E esses 48 funcionários que eles estão mandando embora do FEFA, não é a questão da perda dos empregos deles é a perda que vai ser para o setor produtivo do Estado de Rondônia, a falta desses técnicos, dessa parceria do setor privado, Deputado Ribamar, e pode ter certeza que só deu certo até aqui e as coisas estão andando da forma que andam porque teve essa parceria e tem a parceria do FEFA. O dia que desfizer essa parceria vocês verão descendo à banca rota o que foi construído ao longo desses mais de 15 anos. Isso é um absurdo, não dá para permitir que isso aconteça.

O Sr. Adelino Follador – Deputado, permita-me um aparte?

O SR. NEODI – Concedo o aparte ao eminente Deputado Adelino Follador.

O Sr. Adelino Follador – Quero parabenizar o Deputado Neodi pelos dois temas importantes que trouxe à Tribuna para falar. O primeiro, sobre a inauguração da Residência, em Machadinho. Parabenizo porque foi um pedido seu, o Governador atendeu e hoje a residência do DER, em Machadinho, vai atender toda aquela grande região e é uma reivindicação antiga daquela comunidade e Vossa Excelência conseguiu levar até lá, e parabéns ao governo do Estado também. Mas, se falando em IDARON e lembrando também do FEFA, o IDARON, o Barbieri, na época do Governo Bianco, foi uma coisa que deu certo no Estado de Rondônia e o FEFA veio complementar um trabalho, através do FEFA foi contratado aqueles profissionais que tem mais dificuldade de encontrar no mercado, concurso público, nas fronteiras também, hoje, o controle é feito através desse recurso do FEFA, então, com certeza é um trabalho superimportante que faz o IDARON junto com o FEFA. Então nós não podemos admitir que nesse momento, nessa situação que está, porque pode ter um risco a qualquer momento e fica sem um fundo para poder garantir qualquer ação do IDARON. E o FEFA é uma garantia que o IDARON teria para poder combater, inclusive isolar uma área, indenizar se for preciso para poder acontecer o combate a qualquer foco de febre aftosa. Então, com certeza, nós não podemos deixar, eu acho, tenho certeza que esse Presidente atual do IDARON não está fazendo o papel dele em tempo

hábil porque veio aqui buscar socorro quando já está quase decidida a situação. Devia ter procurado socorro, combatido, defendido isso lá atrás. Então, no momento eu lamento, mas ainda eu creio que existe solução e vamos fazer o que pudermos para que isso não aconteça, porque com certeza vai dar uma insegurança para o agronegócio, insegurança para todos os criadores de gado. E não é só para o grande produtor não, é para o pequeno produtor que tem uma vaca, duas vacas, três vacas, que também fica prejudicado, e é o mais prejudicado, porque o patrimônio dele é esse mesmo. Então, quero parabenizá-lo, Deputado Neodi, por trazer um tema tão importante hoje para os anais desta Casa.

O Sr. Adriano Boiadeiro – Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. NEODI – Obrigado pelo aparte, Deputado Adelino. Em seguida eu concedo aparte ao Deputado Adriano Boiadeiro, mas antes eu quero fazer um breve comentário. Inclusive no sábado, na sexta-feira, na inauguração do DER em Machadinho, o Senador Raupp estava lá. Falei sobre essa situação e ele me disse que passaram a informação que são os pecuaristas que não querem. Eu falei que quem passou essa informação com certeza está sonhando, está vivendo em outro mundo que não é real, induzindo o Governador a um erro desse. Eu tenho certeza que o Governador Confúcio Moura, com toda a sua sensibilidade, com todo o carinho que o Governador tem para com o setor produtivo, o Governador vai impedir que isso aconteça. Porque se o FEFA, hoje, se o IDARON chegou aonde chegou, o combate, Deputado Saulo, de aftosa no Estado de Rondônia, Deputado Cláudio Carvalho, chegou aonde chegou graças ao FEFA. Eu acompanhei a primeira reunião que o FEFA fez no Estado de Rondônia, a primeira reunião juntamente com o IDARON, com os pecuaristas, com os produtores. E aquilo que o Deputado Adelino falou, o FEFA, juntamente com o IDARON não trabalha com os grandes pecuaristas, é com o pequeno, é com o médio, é com o grande, é com todos aqueles que têm uma cabeça de gado, que tem uma vaquinha que tira o leite para sustentar seus filhos, ou aqueles que vendem, quinhentos, dois mil, três mil, cinco mil, dez mil litros de leite é a mesma coisa, o mesmo tratamento, o mesmo carinho que é tratado um produtor é tratado o outro, com a mesma seriedade. Foram contratados técnicos de fora, foram trazidos técnicos de Cuiabá, de outros Estados; do Paraná, Mato Grosso, trazidos para Rondônia, foram feitas palestras, foi feita conscientização. Depois do trabalho está todo pronto, retroagir? Volta lá atrás, acabar com uma coisa que deu certo? Isso é um absurdo. Tem que acabar no Estado com as coisas que dão erradas, as coisas que dão certas tem que dar continuidade. Eu tenho certeza que o Governador Confúcio Moura vai tomar conhecimento do que está acontecendo, vai se reunir com os pecuaristas. Inclusive eu queria fazer um convite aqui a todos os Deputados. No sábado vai ter em Ji-Paraná um grande encontro com o FEFA com todos os criadores do Estado de Rondônia para debater esse assunto, Deputada Epifânia, ninguém está concordando com isso, ninguém está aceitando isso, ninguém está aceitando, tem duas ou três pessoas com interesse próprio, eu queria saber qual é o interesse dessas pessoas, qual é o interesse? É uma rixa pessoal com alguém que dirige o FEFA, é o ego de alguém que está ferido com isso, o que é? Porque a realidade

do Estado de Rondônia é totalmente diferente, a realidade do Estado de Rondônia é que o FEFA continue, que continue essa parceria com o IDARON e que continue da forma que está o combate à aftosa para que realmente o Estado de Rondônia continue vendendo carne para o mundo todo, exportando carne para o mundo todo como vem acontecendo.

O Sr. Adriano Boiadeiro – Permita-me um aparte, deputado?

O SR. NEODI - Concedo aparte ao Deputado Adriano Boiadeiro.

O Sr. Adriano Boiadeiro – Deputado Neodi, quero parabenizá-lo pela iniciativa. Isso é um argumento que a gente vem falando há muito tempo, e acho, acho não, tenho certeza que muitas pessoas no Estado, hoje, Deputado Neodi, acho que não tem noção do fato real da febre aftosa no Estado de Rondônia. Eu lembro de quando começaram os primeiros leilões do FEFA para arrecadar fundos para o FEFA e foi um trabalho muito bem feito na nossa região e no Estado de Rondônia todinho, e hoje é preocupante, eu acho que é incalculável, é incalculável se ocorrer foco de aftosa aqui em Rondônia, o prejuízo não é só para quem tem boi não, deputado Neodi, você sabe disso, é para o funcionário também. Isso aqui vai dar um baque no Estado de Rondônia muito sério, vai prejudicar porque tem pessoas... eu acho assim, tem que conscientizar até os próprios professores, Deputado Neodi, podia conscientizar os próprios alunos sobre isso. Porque tem pessoas que falam assim: ah, eu não ligo para aftosa, para o IDARON porque eu não tenho gado, meu pai não cria gado. Mas só que se ele for olhar o resultado... e se vir um foco de aftosa no Estado de Rondônia o que vai acontecer? Quem vai perder é o Estado, quem vai perder recursos que são investidos que geram em torno da pecuária, da agricultura e pecuária, isso aí vai atingir ao comércio, vai atingir o picolezeiro, vai atingir os borracheiros, no geral, isso aí é uma coisa, Deputado Neodi, que precisa ser conscientizado em nível de Estado, a começar nas próprias escolas, os professores devem ensinar os alunos para ajudar até a fiscalizar a questão do IDARON que é uma coisa muito séria, principalmente na área da fiscalização da febre aftosa, principalmente na época de vacina, é uma coisa que a gente tem que ficar atentos porque depois que acontecer... não é questão de dar em uma propriedade que tem mil, duas mil cabeças de gado, basta dar aftosa numa criação só no Estado de Rondônia, para ver o desenvolvimento do Estado de Rondônia ir para baixo.

O SR. NEODI – Com certeza. Obrigado pelo aparte Deputado Adriano Boiadeiro, V. Ex^a. conhece, sabe do que eu estou falando e sabe a importância... daquilo que V. Ex^a. colocou da cadeia produtiva, da economia do Estado. Hoje o agronegócio movimenta a economia do Estado de Rondônia, são milhares e milhares de empregos nos frigoríficos, nos laticínios, nas fazendas, nos sítios, na agricultura familiar onde tem um cidadão... a esposa dele e os filhos que vivem do leite, vai vender esse leite aonde, se der um foco de aftosa no Estado de Rondônia, Deputado Jean? vai vender para quem esse leite? O Estado vai ter um prejuízo enorme. Essas pessoas não tem noção do mal que estão fazendo para Rondônia com essa burrice de querer acabar com o FEFA. Eu não concordo, eu não aceito

que realmente isso aconteça e até quando puder estar aqui esperneando eu vou estar, defendendo, vamos chegar até o governador, levar ao conhecimento do governador para que o governador, inclusive, se possível, participar no sábado desse encontro em Ji-Paraná para ouvir, Deputado Ribamar, a classe produtiva. Deputado Adelino, a classe produtiva está revoltada, é porque realmente tem alguma coisa está errada, Deputado Ribamar. Se acabar com o FEFA fosse bom a classe produtiva do Estado de Rondônia, eu estaria favorável. Querem acabar com o FEFA, mas se a classe produtiva do Estado de Rondônia está contra é porque o bom é continuar com o FEFA. Portanto, sábado tem esse encontro em Ji-Paraná, eu não poderei estar presente porque eu já tinha um compromisso inadiável, o Deputado Euclides que me representa lá, com certeza estarei bem representado. Se não me engano é às dez horas da manhã, em Ji-Paraná.

Deputado Kaká, tem alguma informação?

O Sr. Kaká Mendonça – Permita-me Deputado?

O SR. NEODI – Concedo aparte a V. Ex^a.

O Sr. Kaká Mendonça – Peguei o discurso de V. Ex^a, pelo meio e estou vendo a sua preocupação com relação ao FEFA. Na verdade o que vai deliberar isso é uma mensagem que está aqui na Casa que é do FESA, que é a criação de um outro fundo, enfim aquela coisa toda. O Deputado Luiz Cláudio que é o Deputado que sempre tem mostrado um comprometimento muito forte com a agricultura, foi Secretário de Estado, enfim, conhece a fundo, não diferente de V. Ex^a. Já tem um requerimento do Deputado Luiz Cláudio para o próximo mês, é uma audiência pública para tratar dessa questão que inclui FESA, FEFA, inclui nesse Projeto. Eu estava olhando, onera muito o transporte hoje de tudo que é ligado à pecuária, que é o leite, que é o bovino, que é o suíno, enfim, só para fortalecer o discurso de V. Ex^a, tudo que for discutido nesse sentido é muito importante porque nós sabemos que lá atrás a gente ajudou, V. Ex^a. foi um dos que contribuiu para que o FEFA pudesse fazer um trabalho diferenciado no Estado, protegendo o nosso Estado, colocando ele em zona livre da aftosa para que pudéssemos estar no mercado de exportação competitivo. Hoje dá orgulho de saber que o boi em Rondônia tem mais preço que o Estado vizinho do Mato Grosso, e antigamente era o inverso, era diferente. Então parabéns a V. Ex^a, que traz esse assunto muito importante, e ao Deputado Luiz Cláudio, pois é importante também se colocar com relação a essa audiência pública, tanto é que tem que segurar esse projeto, não deixar votar enquanto não tiver essa audiência pública para discutir isso com todo segmento que tem interesse na cadeia produtiva do Estado de Rondônia. Parabéns.

O SR. NEODI – Obrigado pelo aparte de V. Ex^a.

O Sr. Luiz Cláudio – Permita-me um aparte?

O SR. NEODI – Concedo aparte ao ilustre Deputado Luiz Cláudio.

O Sr. Luiz Cláudio – Deputado Neodi, V. Ex^a. como parlamentar conhecedor da realidade do Estado, principalmente do setor

produtivo, quero aqui somar contigo nessa defesa do FEFA porque é um fundo reconhecido pelo Ministério da Agricultura, reconhecido pela OIE, e na verdade sem esse fundo fica difícil nós termos a certeza de que o Estado tem uma garantia no caso da manutenção. Então eu quero parabenizá-lo Deputado Neodi, e afirmar aqui o que o Deputado Kaká está dizendo, nós estamos entrando com uma audiência pública hoje, marcamos para o dia 28 que era uma data em que a Câmara Federal também quer participar, o Deputado Carlos Magno e outros parlamentares, de maneira que a gente quer convidar todos os representantes do setor produtivo para que possa :mos discutir, chamar o MP, chamar o Tribunal de Contas e aí, Deputado, nós vamos somar contigo. Nesse dia, com certeza, nós não podemos votar o Projeto que está tramitando aí, inclusive, querem colocar até GTA no transporte do leite, o produtor rural de leite já vive sofrendo e ainda querem tributar mais. Então quero somar contigo e dizer que estamos entrando com essa solicitação para o dia 28 do próximo mês.

O SR. NEODI – Obrigado pelo aparte de V. Ex^a. Deputado Luiz Cláudio, que já foi Secretário de Agricultura e conhece a realidade do setor produtivo, Deputado Saulo, do nosso Estado de Rondônia, e com certeza estaremos presentes nessa audiência pública e é importante que ela realmente aconteça, e tenho certeza que vai ser uma das maiores audiências públicas já vista aqui nesta Casa, porque vai mexer com o setor produtivo do nosso Estado. E eu fico indignado, Deputado Saulo, quando eu vejo alguém tentando retroagir, voltar para trás, inclusive querendo sobretaxar já o miserável do produtor, aquele que tem uma vaquinha de leite que tira 20, 30 litros de leite e vende, Deputado Saulo, para ajudar na subsistência de sua família, o cidadão ser sobretaxado, já vende o leite por uma mixaria e ainda ser sobretaxado em cima disso, isso é um absurdo. Eu acho que em time que está ganhando não se mexe. O FEFA e IDARON deram certo, se tem alguns ajustes a fazer vamos fazer esses ajustes, mas com responsabilidade, com os pés no chão, isso não pode acontecer, nós não podemos permitir que isso aconteça.

Quero agradecer a cada um dos Deputados que nos apartearam neste nosso discurso, me solidarizar com as pessoas que estão aqui com vários cartazes “nossa terra não produz mais nada”, ali vi uma senhora pedindo socorro, “usinas, socorro”, então quer dizer, nossas terras, estão reivindicando um direito que com certeza cada um de vocês tem. Eu quero, me solidarizo com cada um de vocês e podem ter certeza que nós já discutimos muito isso aqui, nós já discutimos muito sobre as arbitrariedades que aconteceram por parte dessas usinas, a falta de respeito com o povo do Estado de Rondônia, a falta de respeito com o povo aqui de Porto Velho e principalmente às pessoas que moravam lá na beira do Rio Madeira, que foram tirados de suas casas e até hoje estão aguardando uma solução, isso realmente nos deixa indignado e pode ter certeza, no que depender de nós, nós estaremos aqui para apoiá-los. Muito obrigado.

(Às 16 horas e 03 minutos o Senhor Jaques Testoni passou a Presidência ao Senhor Hermínio Coelho)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Tem seis Deputados inscritos no Grande Expediente, só são três, eu só vou conceder para três Deputados como diz o regimento, os outros Deputados que quiserem se escrever, escrevam-se no outro Expediente. Com a palavra o Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sr. Presidente, Senhores Deputados que estão aqui presentes, nós viemos a essa Tribuna mais uma vez para falar de vários assuntos importantes para o Estado de Rondônia e alguns não tão importantes, mas tem que citar. Hoje, acabou de falecer o ex-vereador José Mendes, vereador de Ariquemes dono da loja CAPRI BIJOTERIAS, ex-vereador lá de Ariquemes, o Deputado Saulo conhece, o Deputado Neodi conhece José Mendes, faleceu num acidente de lancha aqui no Rio Candeias e hoje está sendo velado aqui em Porto Velho, um grande amigo nosso, pioneiro de Ariquemes e hoje morador aqui de Porto Velho. Lamentamos essas coisas que acontecem, mas aconteceu, infelizmente.

Gostaria também de falar sobre o assunto muito importante, nós tivemos lá em Buritis aonde participamos de um dia de campo da EMATER e queremos parabenizar a EMATER por fazer esse dia de campo sobre café, aonde teve muitos agricultores participando. O responsável pela EMATER de Buritis, o senhor Leonardo, está fazendo um grande trabalho, recebeu muitos elogios dos agricultores. Luiz Carlos, também, que é o novo secretário da EMATER estava lá presente, o regional lá de Ariquemes também estava presente. Nós queremos dizer que foi um sucesso, depois tivemos na área rural, na linha Saracura aonde participamos da entrega de um trator junto com o Secretário de Agricultura junto com o Vice-Prefeito. Buritis é um município que está se desenvolvendo bastante, mas precisa de muita coisa.

Cobramos mais uma vez do Governo do Estado, a Deputada Epifânia, também acho que cobrou esses dias daquele presidio, as casas do pessoal inclusive, à fossa, à falta de atendimento, inclusive escorrendo na frente das casas do pessoal do presidio antigo, e o presidio novo falta pouca coisa para terminar. Então estamos cobrando da SEJUS para que termine o mais rápido possível. Em torno de cem mil reais termina aquele presidio, não é Deputada Epifânia? Aí sim, vai ter mais condições daquele pessoal ficar preso lá, e além disso, não perturbar aquela comunidade. Quanto fossa, eu vi o caminhão esvaziando de manhã cedo e a tarde já estava escorrendo de novo na frente de todas as casas, praticamente na rua toda. Então aquilo com certeza contamina, aquilo traz doença, e nós temos que exigir que seja resolvido isso o mais rápido possível.

Hoje também iniciou a greve dos professores, a greve nacional dos professores cobrando melhorias nas condições de trabalho. Então nós queremos deixar, registrado esse ato importante para chamar atenção da nação, da Presidente da República, do Ministro da Educação, das Autoridades responsáveis pela educação nesse país, para que melhore a educação também. Gostaríamos de deixar registrados esses fatos, e também lembrar ao Deputado Luiz Cláudio, agora mesmo também falando sobre um projeto que tramita nessa Casa para defender a EMATER. A EMATER é um órgão importante no Estado de Rondônia, e nós precisamos torná-la, votar um Projeto para que ela não tenha problema e seja legalizada. Então com certeza esse Projeto que está tramitando, um Projeto que foi estudado

junto com os técnicos da EMATER, foi feito um estudo e foi visto a melhor possibilidade da EMATER continuar trabalhando no Estado de Rondônia. Então com certeza nós somos favoráveis e defendemos, e que todos os colegas pudessem dar o apoio integral a esse Projeto.

Nós demos entrada nesta Casa também um Projeto pedindo uma Lei, pedindo prioridade no atendimento, que seja concedido passe livre às pessoas idosas portadoras de deficiência, no transporte coletivo intermunicipal e dá outras providências. Nós sabemos que a Lei Federal, hoje, dá direito para os idosos, deficientes, quando aqueles dois bancos estão ocupados que o idoso ou o deficiente, ele tem direito de pagar 50% da sua passagem e as empresas no Estado de Rondônia não estão dando esse direito. O Governo Federal já deu, e nós estamos mudando o artigo 5º da Lei que existe no Estado de Rondônia para poder obrigar essas empresas, inclusive colocar via internet para que cada idoso possa fazer sua reserva via internet. Se estiver ocupado os dois bancos, ele tem opção de mudar, ver o dia que está livre, e se não tiver nem um dia livre dos dias que ele precisa, ele tem o direito de pagar só 50% do valor dessas passagens. Esse é um direito que tem os idosos e o pessoal deficiente. Estamos tramitando, demos entrada hoje nesta Casa, e vamos tramitar esse Projeto, pedimos apoio de toda esta Casa para que possamos garantir a essas pessoas esse direito. Essas são as minhas palavras de hoje.

Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Quero registrar a presença do Vice-Presidente da Associação Rural de Ji-Paraná, Expojipa, o Sérgio do Lex, também do Roberto de Matos, Presidente da Associação dos Produtores Rurais – AFLORA, Distrito de Extrema. Hilário Cavalcante, Presidente da Associação – ASPRUV do Distrito de Extrema. Presidente da Cooperativa Agropecuária e Extrativista da Amazônia, Distrito de Extrema. Renata Leiras, Procuradora do DETRAN, Porto Velho; do Fernando Madeira, Procurador do DETRAN, Porto Velho; dos Vereadores, Devair da Silva, Adriano Meireles, da Câmara Municipal de Espigão do Oeste. Obrigado a todos pelas presenças.

Passo a palavra ao nosso líder do PSDB, Deputado Euclides Maciel.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, imprensa, companheiros do Joana D'Arc, aqui presentes, meu amigo Bigode, toda a sua equipe. Saudar meu amigo Sergio do Escritório Lex, a quem o Deputado Neodi conhece tão bem, o vice-presidente da EXPOJIPA de Ji-Paraná. Dois assuntos nos trazem aqui presidente; um deles é sobre Joana D'Arc, porque vemos moradores, sofrendores, agricultores esperançosos na terra que é deles e que foi tomada por essa Usina, por pessoas que mentem, enganam, e que são verdadeiros bandidos com o povo. Daqui a pouquinho vamos falar sobre isso.

Mas, antes ouvindo... eu tinha preparado, parece que tinha combinado com o Deputado Neodi, e em 13 de... já eu falo do Joana D'Arc. Em 13 de dezembro de 2012 Deputado Neodi, após o andamento extremamente célere o Tribunal de Contas julgou procedente as denúncias determinando diversas providências. Constitui o Polo passivo de processo o Governo

do Estado de Rondônia através da agência IDARON e o FEFA, Fundo de Apoio a Erradicação da Febre Aftosa no Estado de Rondônia, um fundo privado. A decisão do Tribunal de Contas foi publicada no dia 15 de janeiro, o FEFA prontamente interpôs recurso reconsideração o qual tem efeito suspensivo regimentalmente previsto. E esse recurso está em fase de processamento sem data agendada para o julgamento. Do outro lado, nem o Governo do Estado de Rondônia, nem a Agência IDARON recorreram da decisão, ao contrário, baixaram uma série de atos, portarias, e ofícios visando o cumprimento das determinações do Tribunal de Contas do Estado, o que indica que a Agência IDARON e o Governo do Estado, estão claramente satisfeitos com o teor do julgado que pode por fim uma parceria público-privada que perdura a mais de 12 anos. Vejamos, ao que consta, o Governo do Estado através do IDARON, ao invés de impetrar o recurso impugnando o teor da decisão do Tribunal de Contas, viola o interesse público e põe em risco todo o sistema de saúde animal do Estado, optou por dá-lhe integral cumprimento, e nesse passo editou um esboço de uma nova lei complementar. Por evidente, essa iniciativa, endossa a decisão do Tribunal de Contas do Estado e exclui formalmente o FEFA do sistema de parceria, Deputado Neodi. O referido item determina ao Presidente da Agência IDARON que comprove ao Tribunal de Contas a adoção de medidas efetivas direcionadas a alcançar a plena autonomia operacional e administrativa da autarquia. A agência IDARON e o Governo do Estado de Rondônia, usando como pretexto o cumprimento do item 5 do acórdão do Tribunal de Contas do Estado, prolatado nos autos do processo, querem por fim ao FEFA e ao FESA já existente de uma só vez, e para isso elaboraram o Projeto de lei Complementar dando uma nova redação que em momento algum contempla uma parceria com entidade gestora do fundo privado, o que é um grande e lamentável retrocesso. Nós queremos também dizer que nós estamos aqui meu amigo Sérgio, e no sábado, nós teremos uma reunião em Ji-Paraná com mais de duzentos e cinquenta agricultores, pecuaristas que estarão reunidos para debater esse assunto. Como isso é efeito da decisão do Tribunal de Contas, no sábado pela manhã, lá em Ji-Paraná, nós estaremos falando desse assunto e Sérgio, você como vice-presidente da EXPOJIPA, uma das maiores feiras agropecuárias do Estado, pode levar a certeza como dizia o Deputado Neodi, que infelizmente por compromisso, não poderá estar presente, mas quando falarmos, com certeza usaremos o seu nome também, porque sei da defesa dele, do Deputado Luiz Cláudio, e do Deputado Ribamar Araújo, que são favoráveis ao FEFA. Vir dizer que Vidal é vitalício é porque não conhece o trabalho e desconhece realmente o trabalho do Vidal, é pessoa sem compromisso e sem conhecimento algum da realidade do nosso Estado. Então sábado, com certeza Sérgio, pode ter certeza que a nossa equipe... Queremos convidar os Deputados, companheiros para que estejam lá; sábado, às 9 horas da manhã, no Parque de Exposição aonde teremos essa grande reunião.

Agora eu quero falar um pouquinho de vocês agricultores, de mãos calejadas, e que nós fomos no início, antes das usinas se instalarem, conhecer essa região do Joana D'Arc, Joana D'Arc I, II e III, já víamos naquela época que ali eles sempre disseram, aliás essa Santo Antônio é uma cambada de

mentiroso que só enganaram e continuam enganando os agricultores. Toda vida prometeram dá um tratorzinho para um, tenta colocar uma máquina de costura para outro, como se resolvesse a verdadeira situação do agricultor, que na verdade é uma só; acabaram com a única coisa que eles tinham, a dignidade do agricultor que era o trabalho, o suor e a sua terra. Com isso não observam a grande realidade que estão fazendo. Agora, eu sinto que... eu estava lendo uma matéria ontem, criou-se a polícia ambiental para... quando eu vi o ano retrasado, no mandato passado, com o Deputado Neodi a revolta dele, quando acontecia prisão de madeireiro, de toureiro, polícia ambiental ia lá prendendo madeireiro, coitado, hoje a polícia ambiental que era para proteger, protege as usinas, está errado! Agora, o toureiro é bandido, madeireiro era bandido, o agricultor é bandido, o povo da usina não. Por trás disso tem o que? Muito dinheiro, muito dinheiro. E eu lamento quando vi hoje essas informações de pessoas da usina, está prestando conta, dizendo que só para o Joana D'Arc entregaram em torno de seis milhões de reais em benfeitoria. Do jeito que eles falam, uma máquina que valia cem mil eles colocavam quinhentos mil, desde jeito qualquer um fala, desse jeito é fácil fazer. Agora nós vamos ter uma solução só; nós tínhamos que ter pulso forte, todo mundo, e fechar essas usinas para aprenderem a respeitar o povo de Rondônia. O Rio de Janeiro deu um exemplo, o que quê aconteceu no Rio de Janeiro? Espírito Santo, mais outro Estado do petróleo, três Estados só, três ou quatro que tem petróleo ganharam do Brasil inteiro o direito de ficar com o royalties todo para o seu Estado. E nós temos no Brasil só três também estados que produzem energia. Me digam, o que o Joana D'Arc teve de benefício nas compensações? A não ser acabarem com tudo que tinha. E eu posso te dizer que eu fui lá dentro até o final, participei de várias reuniões, mas infelizmente no meio de tanta gente boa, de tanta gente trabalhadora apareceram os aproveitadores que moravam lá e que não passavam de bandidos também, juntos com a própria Usina, que faziam o acerto e acabaram prejudicando, não importa se o vizinho está arrebitado, o que vale é o dinheirinho que ele ganhou para defender as usinas. Nós lamentamos Bigode, muito obrigado Bigode, eu conheço o trabalho de vocês, eu sei da importância que tem o Joana D'Arc. Eu conheci muita gente aí que trazia tanta produção para a cidade, a maioria das feiras era abastecida com o que saía do Joana D'Arc, hoje está tudo embaixo d'água. E o que nós temos que fazer aqui neste Estado só tem uma maneira, não adianta DER, não adianta nada, é trancar as usinas, só trancando as usinas, e deixar terminar quando essas usinas, as compensações foram feitas para quem merece compensação, não é para quem eles acham. Porque os verdadeiros sofrendores são vocês que até agora não receberam compensação nenhuma, nem estrada vocês tem, que dirá compensação, e houve a promessa no começo. Falaram: fiquem tranquilos, se a gente sentir que o solo foi prejudicado vocês serão indenizados. Agora, não foi só o solo, foi a casa, foi a terra, foi estrada, foi à família, foi a dignidade e ninguém mais é indenizado. Se eles estão fazendo isso conosco enquanto estão aqui, calculem quando eles terminarem a usinas, aí que que nós nunca mais vamos ver a cara desses diretores, vão embora. Por isso que nós temos, nós aqui rondonienses, nós políticos, nós que eu digo, é de Governo a Vereador, de Deputado Federal

a Senador e de Deputado Estadual a Prefeitos, realmente tomar uma posição, não adianta a Santo Antônio está distribuindo esses panfletos de gabinetes em gabinetes dizendo que eles fizeram a parte deles, a parte deles podem ter feito com alguns aproveitadores. Mas não com quem realmente mereciam. Essas terras antes das usinas, vocês já estavam lá, vocês não chegaram pensando que a usina iria estar lá. Vocês colocaram para criar os filhos e quanta gente que já criou os filhos com a produção lá de dentro e hoje só vive da amargura, aí tem gente que diz: ah, mas esse pessoal fica fazendo isso. Só tem uma maneira, infelizmente, é chamar atenção, é quando o povo se une e assim consegue pelo menos o seu intento. Eu quero dizer a vocês, do Joana D' arc...

O Sr. Jean Oliveira – Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. EUCLIDES MACIEL – Pois não Deputado.

O Sr. Jean Oliveira – Eu quero somar esforços ao seu pronunciamento dizendo que não somente esta Casa, não somente os Deputados Estaduais, mas toda a classe política de Rondônia precisa interagir quanto essas usinas. Porque hoje se observarmos Porto Velho é a maior cidade do Estado, nós estamos perto de quinhentos mil habitantes e a nossa agricultura tem sido por diversas vezes fracassada em Rondônia por geral, mas em Porto Velho muito mais. A agricultura de Porto Velho hoje não consegue abastecer a demanda interna da cidade de Porto Velho. Quando se tem produtores como esse, produzindo numa área de assentamento, onde foi dada oportunidade para várias famílias de recomeçar a vida, de iniciar um novo futuro para seus filhos, para os seus netos... a gente ver as empresas multinacionais, interesses políticos de âmbitos nacionais desprezarem o cidadão rondoniense, desprezarem o cidadão portovelhense. E isso nós não podemos permitir, porque enquanto nós estamos vendo cidadão humilde, famílias chorando, nós estamos vendo executivos desta usina saírem com os bolsos cheios de dinheiro indo para o Rio de Janeiro, para São Paulo e Minas Gerais. E o nosso Estado mais uma vez fica na derrota, fica no prejuízo. Isso é uma indignação, porque a usina não soma nada para o Estado de Rondônia, só prejuízo; na saúde, na educação, na segurança pública e agora na agricultura. O setor chacareiro do nosso Estado, o setor agrícola do nosso município de Porto Velho vem sofrendo defasagem ao longo do tempo, mais um prejuízo com quinhentas e poucas famílias, lá tem árvore frutífera, temos verduras que saem de lá e abastece as feiras de Porto Velho como V. Ex^a mesmo disse. Eu conheço Joana D'arc, eu sei da demanda e do sofrimento que aquele povo tem lá. Agora, com isso, é impossível morar a distancia, a logística, o transporte não existe naquele lugar. A educação, como aqui diz, como aqui alega, foram fechadas duas escolas. Que futuro essas crianças vão ter? Como é que o Governo Federal alega que quer a permanência do cidadão na zona rural, sendo que ele não disponibiliza a educação? Sendo que ele faz o contrário, traz investimento para abastecer o Sul e o Sudeste do país e acaba com o nosso povo, acaba com o nosso povo agricultor. É isso que eu quero dizer, nós não podemos mais permitir que essa Usina cause transtorno no nosso Estado, nós precisamos tomar posição. Precisamos tomar posição e quando eu reclamo, eu

digo que essas ações grandiosas, é para o Sul e Sudeste do país, tem prejudicado o nosso Estado, às vezes nós ficamos calados e ficamos esperando, aqui, que venha uma ação divina lá de cima para resolver o problema. Quem tem que resolver isso somos nós. Esse povo acreditou e com certeza absoluta nós temos aqui o Poder da representatividade do povo. Nós temos que fazer isso. E eu sei que esta Casa tem condições de mobilizar isso, nós temos a consciência de que o povo precisa da nossa ação. Isso aqui não é discurso para a plateia, isso aqui é uma indignação que estava comigo há muito tempo e eu desabafei. Eu agradeço o espaço que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Obrigado Deputado Jean, meu companheiro de Partido, muito importante este posicionamento seu. Eu acho que nós temos que fazer, aliás, o que nós já deveríamos ter feito, reunido os 24 Deputados Estaduais, todos os Vereadores, Prefeitos deste Estado, os oito Deputados Federais, os três Senadores e reunir o povo, mas nós juntos, quem tem medo, não vá, e cercar essas Usinas e não deixar fazer mais nada, enquanto não resolver o problema do povo. Só tem essa saída, porque se nós deixarmos eles irem embora, pode ter certeza que esse povo não vai ter mais a dignidade. Só vale ressaltar uma coisa: quando eles entraram lá não existia Usina, quem entrou lá e tirou o direito de plantar foram as Usinas. Eles falam, neste documento deles: “fizemos 11 quilômetros de estrada, fizemos mais 60 quilômetros, mais 50 quilômetros...” O que eu quero dizer para eles é uma coisa só: eles teriam que, no mínimo, ter colocado asfalto lá para poder pagar um pouco o que eles fizeram com o agricultor, até asfalto tinha que ter, porque é dinheiro demais, nada disso vai ficar em Rondônia. A energia, mesmo, vai para São Paulo e vai para todo lugar, menos para Rondônia, é isso que nós não concordamos. Contem com o apoio, eu tenho certeza que a maioria da Assembleia Legislativa soma com vocês e vamos chamar o que precisar, porque esses bandidos, esse pessoal das Usinas, eu digo de cara limpa, para mim são uns aproveitadores e bandidos esse pessoal da Santo Antônio Energia.

Muito obrigado senhor Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Parabeno o Deputado Euclides por seu pronunciamento. Quero registrar e agradecer a presença de Suas Excelências, os senhores Vereadores Dener Dias de Assis, Elias Josias da Silva da Câmara Municipal do nosso Município de Pimenta Bueno.

Ainda no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Cláudio Carvalho, vinte minutos, com aparte.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Deputado Lebrão, que ocupa a Presidência da Mesa neste momento, em seu nome cumprimento os demais Deputados da Mesa e os Deputados em Plenário; em nome da Deputada Epifânia, cumprimento todos os Deputados, cumprimento os servidores da Casa, imprensa aqui presente, cumprimento o povo do Joana D'Arc aqui presente, o pessoal da EMATER. Cumprimento os Vereadores do interior, os Prefeitos que aqui estão, senhoras e senhores presentes.

Senhor Presidente, três assuntos me trazem à Tribuna nesta Casa, hoje, mas falar inicialmente da questão do pessoal do Joana D Arc. Conheço muito bem esse assentamento, sou aqui de Porto Velho e vi o início desse assentamento, as dificuldades do povo, a dificuldade com transporte, sobretudo para que as pessoas viessem a cidade, isso há seis, sete anos atrás, esse sofrimento era mais pela falta de energia e a questão do transporte devido as estradas. Passando algum tempo, a energia chegou e a estrada também, por várias vezes foram feitas, muito embora na época do inverno, quase todos os invernos têm trechos que são lavados pela água e a estrada, parte dela, vai embora. É esse sofrimento todos os anos. Algumas bueiras são levadas pela enxurrada e, se não bastasse esse sofrimento, agora, a questão do lençol freático, principalmente, vem incomodar o povo. Eu participei Deputada Epifânia, Vossa Excelência lembra que também participou da inauguração de duas escolas lá naqueles assentamentos, parece que na Linha 15 e Linha 17. Escolas belas como as daqui da cidade, escolas com a estrutura muito boa. Há vários dias me disseram que essas escolas não estão mais funcionando porque inundaram e aquela obra ficou... Os alunos fora de sala de aula e uma obra para os morcegos usarem, porque ficou sem nenhuma condição de uso, devida a situação que se encontra aquele local. Portanto, em todos os momentos que se fala da Usina, Deputado Lebrão, a gente percebe que foi feito sim, um estudo de impacto antes do começo, como prevê a Legislação. Ocorre que foi feito para uma determinada altura e depois decidiram fazer uma altura maior e não foi feito novamente o estudo de impacto para saber quais as compensações que deveriam ser acrescidas com tudo isso. Por isso eu entendo que há necessidade de pactuar uma nova contrapartida, umas novas compensações para situação atual. E se, naquele momento, no Projeto, não constava a necessidade da retirada desse povo é porque se trabalhou com uma determinada altura no lençol freático, aumentou a construção, essa água subiu e afetou essas pessoas e aí é que precisa que seja feito uma nova pactuação no sentido de trazer dignidade para esse povo que está jogado a mercê da sorte. Já houve um manifesto ontem, nas ruas de Porto Velho ali perto da Balsa, e a população, parte dela, já sabe o que está ocorrendo. Mas eu não tenho dúvida de que a situação, no campo político, precisa ser novamente discutida, me parece que só a Assembléia é muito pouco, nós precisamos convencer o Governador para que chame as Usinas, porque o Governador é a maior autoridade deste Estado, para que chame a Usina de Santo Antônio, e este caso aqui não é diferente lá com a de Jirau, porque a de Jirau trouxe problemas não só aqui para Porto Velho, mas trouxe problemas para o distrito de Jaci-Paraná, que também está alagado parte do distrito de Jaci-Paraná. Nós precisamos repactuar e o Governador é a pessoa com a maior autoridade juntamente com a cobrança da Assembleia para chamar as Usinas e fazer uma repactuação. Toda a comunidade pede as indenizações, e eu tenho certeza que não há como vocês ficarem lá, se a situação está ao ponto de os animais de vocês serem comidos pelas onças, pelos outros animais perigosos e a água na superfície do solo, não tem condições de plantio. E se aquele assentamento foi feito para a nossa produção, vocês não têm condições de ficar lá. Segundo, alguns dos nossos líderes, o

Bigode me falou que o INCRA está disposto a reassentá-los. Se o INCRA já entende que precisa reassentá-los, não tenho dúvidas que as Usinas precisam indenizá-los. Por isso contem comigo para essa situação de cobrar do Governador, seja na Tribuna, seja na rádio, seja em qualquer lugar ou pessoalmente com o Governador, esta Casa não pode furtar-se no sentido de cobrar do Governador que venha repactuar com os trabalhadores, trazendo as Usinas para a Mesa para ajudar a resolver essa problemática que não foi nenhum de nós que causamos, muito menos vocês que moram a mais de cem quilômetros, alguns de vocês, dessa cidade e que o intuito de estar lá é justamente para produzir e trazer alimento as nossas mesas aqui na capital. Portanto, deixo a cada um de vocês a minha solidariedade e o meu gabinete aberto para que a gente possa aprofundar no diálogo e chegar há um consenso e tirar da cabeça das pessoas que imaginam que vocês são os culpados por aquilo ali e nós sabemos que não é. Contem comigo e deixo o meu Gabinete à disposição.

A Sra. Epifânia Barbosa – Deputado Cláudio, me concede um aparte?

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Concedo sim, nobre Deputada.

A Sra. Epifânia Barbosa - Parece que vai mudar de assunto, só para também, eu iria me manifestar amanhã, porque amanhã nós teremos uma Audiência Pública que vai tratar sobre esse tema, mas como alguns também aqui já se pronunciaram, eu queria também dizer que assim como Vossa Excelência, nós conhecemos o Joana D'Arc desde, acredito que desde que tiveram os primeiros assentados, conhecemos aquela localidade. Muitas vezes fiquei atolada ali, ajudei a desatolar moto, carro, e nós percebemos durante um tempo uma recuperação daquelas estradas, a construção das escolas, naquela época eu era Secretária de Educação, tivemos oportunidade de reformar a escola da 11, construir três novas escolas, contratar professores, fazer com que as crianças de fato tivessem acesso a educação, de um ônibus. Nós ampliamos para 09 ônibus e hoje lamentavelmente nós temos essa situação. E a direção das Usinas, em especial a de Santo Antônio, tem uma interpretação, a partir do relatório de impacto ambiental, que as pessoas que devem ser indenizadas são aquelas diretamente atingidas. E hoje nós temos, tem essa nova realidade, nós temos as pessoas indiretamente atingidas, necessariamente a casa. O nível do rio não subiu até a casa delas, mas elas ficaram isoladas. Se tem uma casa que não foi atingida, mas o ônibus não passa, porque a própria Santo Antônio foi quem destruiu as estradas, porque as estradas, por um bom período, estiveram recuperadas e eles começaram a transportar a madeira que foi retirada a partir da elevação do nível do rio, a retirada dos animais, e esses carros pesados foram eles mesmos que destruíram a estrada. Foram eles que fizeram esse dano. Portanto, hoje não temos como transportar os alunos pela estrada que eles mesmos destruíram. Embora o primeiro relatório dissesse que eles não seriam atingidos, mas foram indiretamente atingidos os comerciantes que tinham um determinado ponto, na 11 ou lá na 17 Agrovila, que está atingida hoje. Portanto se ali tinha um comércio que atendia toda aquela comunidade, no entorno e ele foi

indenizado, os outros que permaneceram não têm como ter acesso à questões do dia a dia, da própria sobrevivência. Não tem como fazer, levar os alimentos para os animais ou para a sua agricultura, enfim, eles estão diretamente atingidos, as escolas não funcionam mais, nem a própria Prefeitura foi indenizada por essa construção dessas três escolas. Na época que nós mesmos construímos com recursos próprios e outra com recurso federal... Portanto, eu acho que deve se revê, hoje, não é nem exatamente esse relatório. Se esse relatório foi cumprido, foi feito, mas o que deve se avaliar agora são essas pessoas indiretamente atingidas porque elas precisam que ser indenizadas, senão não tem como sobreviver naquele lugar isolado, que não tem estrada, não tem comércio, não tem educação, portanto eles são atingidos. E eu creio que amanhã nós temos que focar nesse item. Não adianta nós ficarmos levando em consideração o que foi feito, se o relatório previa isso, quem foi compensado, mas a realidade que nós temos agora, a realidade agora é outra. O Bigode que está aqui, por diversas vezes já esteve comigo, eu já fiz reunião com a direção da Santo Antônio, fiz reunião com o pessoal do Governo e infelizmente as coisas se encontram nessa situação, a ponto de hoje ter que se fazer essa manifestação, de fechar a BR e tudo mais. E como Vossa Excelência falou e eu concordo, essa não é só uma ação que tem que ser dos Deputados, nós temos que envolver o Poder Executivo, porque é de lá que vem as decisões de cobrar os dirigentes da Santo Antônio, e em especial temos que trazer o IBAMA e a SEDAM que são pontos fundamentais, estratégicos, assim como o Ministério Público, para a gente resolver essa situação. Obrigada Deputado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Eu agradeço o aparte nobre Deputada. O Poder Legislativo, caros Deputados e Deputadas, nós ficamos na seguinte situação: depois que a bomba estoura é que nós vamos ficar sabendo na maioria das vezes e aí nós temos que resolver. Então, geralmente o primeiro protesto é aqui nesta Casa, devido ser 24 Deputados, a facilidade de achar mais do que achar apenas um que é o Governador, mas eu não tenho dúvida, que quem tem o poder para resolver, quem negociou as contrapartidas não foram os Deputados foi o Governador, ele precisa chamar para repactuar.

Essa questão de amanhã é muito importante, para que? Para que possamos escutar o INCRA, possa escutar as Usinas, se é que eles vão mandar alguém, e o Governador se não vir que possa mandar alguém que tenha condições de ouvir e propor alguma coisa, porque só os Deputados, nós não vamos conseguir resolver, mas uma coisa eu tenho certeza, se estiverem todos envolvidos, se eles não virem nós temos que procurá-los, seja na Usina diretamente, seja o Governador lá no Palácio e amanhã será oportuno o dia de nós fazermos essa conversa com vocês. Não vão embora hoje, fiquem aqui para que nós possamos aprofundar amanhã essa discussão. Senhor Presidente, gostaria de tratar outro assunto, pela brevidade de sofrimento também das pessoas do interior do Estado de Rondônia.

Eu estive numa Audiência Pública em São Miguel do Guaporé, na semana passada, precisamente no dia 19, a Deputada Epifânia estava lá, o Deputado Lebrão, também estive o Deputado Federal Anselmo de Jesus e Marcos Rogério. Essa

Audiência Pública foi para tratar do assunto “Luz Para Todos”, em Rondônia. Aquela região do Vale do Guaporé, tem muitos trabalhadores rurais que ainda não tiveram o benefício, Deputado Ribamar, da luz no campo, da energia elétrica em sua casa através do Programa Luz Para Todos. E lá, naquela Audiência Pública, muito acertada, convocada pela Câmara de Vereadores, pelo Vereador Valmir do PT, o Prefeito estava lá, o Prefeito da cidade vizinha também, de Seringueiras, estava presente, a ELETROBRAS estava presente e o que nós ouvimos naquela reunião da ELETROBRAS, sobretudo dos dirigentes da ELETROBRAS daquela região é que nós já sabíamos que o Programa Luz para Todos, que é um programa do Governo Federal, que foi instituído justamente pelo Governo do Presidente Lula, para levar luz para todos no campo, e não apenas no papel, e aí nós vamos percebendo o porquê que passou os dois mandatos do Presidente Lula, agora da Presidente Dilma, que já era para ter encerrado esse programa com 100% das habitações rurais com energia e ainda não está. Ouvimos os envolvidos, ouvimos da ELETROBRAS que esse programa que tem 90% de verba do Governo Federal e deve ter 10% de contrapartida do Governo do Estado, o governo do Estado deve mais de tri-nta milhões de reais para esse Projeto e não repassa. Por isso que tem atraso. Um dos principais problemas, que é a contrapartida do Estado, não está sendo dada, colocada nesse projeto para que possamos concluir. Portanto, a parte que vem do Governo Federal esgota, ficam faltando algumas casas que é justamente aqueles 10% que deveria o Governo do Estado de Rondônia colocar para terminar o Projeto, o programa e isso não é feito. É uma grande pena, porque quando nós vemos o homem do campo, o trabalhador rural, que traz, que trabalha longe da capital, para muitas vezes trazer a comida para cá, é justamente ele que está sem energia e sem água tratada lá no campo, que já era para ter chegado há muito tempo.

Outro problema também colocado, é a fiscalização. Infelizmente a ELETROBRAS, que contrata as empresas terceirizadas, vias licitações, que deveria colocar funcionários para fiscalizar, rapidinho viram amigos das empresas prestadoras de serviços e pouco ou quase nada de fiscalização tem sido feito, aí é o seguinte: fica sem moral para cobrar, o projeto não sai do papel, e nós não vamos nos calar com essa situação. Estou apresentando, até amanhã, um Requerimento nesta Casa que pede ao Presidente da Assembleia Legislativa para que monte uma Comissão de Deputados, se possível nós todos, para irmos a Brasília. Já pedi do Deputado Federal Anselmo, para pedir que a Bancada Federal esteja presente no Ministério de Minas e Energia e que convide o Governador do Estado e a ELETROBRAS Distribuição/RO para que vá a Brasília e por um fim nessa confusão de ter dinheiro do Estado, e as pessoas sem energia neste Estado, e o Projeto perto do seu final. Se não cuidarmos muitos trabalhadores no campo vão ficar sem a energia que já deveria ter a muito tempo.

O Sr. Edson Martins – Deputado, me permite um aparte?

O SR. CLÁUDIO CARVALHO - Concedo aparte ao Deputado Edson Martins.

O Sr. Edson Martins – Quero parabenizá-lo, Deputado Cláudio, pelo seu discurso tão importante em defesa das pessoas do Bairro Joana D'Arc, que são atingidas pelo impacto das Usinas e talvez não foi discutido, no momento, a situação. Porque eu acho que hoje, na condição de prejudicados por essas Usinas, que com certeza vai gerar riquezas para o mundo, levar energia para o Sul, Sudeste do país, tem que ser revisto realmente a situação desses servidores. Quando Vossa Excelência fala do Luz Para Todos, o Luz no Campo, que é um programa social muito importante do Governo Federal, pena que o governo do Estado nunca fez, talvez, a parte dele. Desde o governo do ex-governador, que o Luz Para Todos deve mais de trinta milhões de contrapartida, que o Estado nunca realmente repassou os 10% que é a contrapartida do Estado no Programa Luz para Todos. Por isso eu acho que nós temos que criticar mesmo, aquilo que está errado. Eu acho um absurdo que as coisas lá em Jacinópolis... eu cobrava há três anos aqui nesta Tribuna, quando a população ali do distrito cobrava o Luz Para Todos e a situação era a mesma, mais de trinta milhões de reais de contrapartida que não eram pagos. O mesmo vem acontecendo com o Instituto de Previdência do Servidor do Estado, com a dívida de mais de quatro bilhões, que talvez terão que ter alguns mandatos de governo para sanar essas dívidas e resolver. Eu acho que os governos de Estado precisam realmente tomar, ter a responsabilidade, assumir a responsabilidade e não deixar acontecer, não deixar virar essa bola de neve com os programas, com os acordos, com os termos de cooperação, no caso, os convênios, com as contrapartidas de convênio. Eu acho que Vossa Excelência tem razão quando fala dessa contrapartida, que eu acho que o governo do Estado precisa negociar isso aí, e também colocar na conta do Luz Para Todos, para que possa realmente atender esse programa que é essencial para o homem do campo. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Eu agradeço o aparte, Deputado.

O Sr. Jean Oliveira – Deputado Cláudio Carvalho, se Vossa Excelência me conceder um aparte, eu gostaria de colaborar.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Eu ainda tenho um tema para falar nos dois minutos, mas eu concedo o aparte, de forma rápida ao nobre Deputado.

O Sr. Jean Oliveira – Qualquer coisa, eu acho que a Mesa, no entendimento legal, prorroga seu prazo porque a discussão é salutar, sempre. Mas eu queria dizer que esse tema foi discutido, eu já tive a oportunidade de debater com o Efrain, que está hoje à frente da CERON e da ELETROBRÁS aqui em Rondônia. E naquele momento eu discutia a respeito da Luz Para Todos lá do distrito de União Bandeirante. Discutia a questão de uma linha, a única do distrito que não tinha sido contemplada com o Luz Para Todos. Discutindo com ele, entrando num entendimento, sabendo o porquê, qual o motivo que a ELETROBRÁS não estendeu esse benefício àquelas famílias. O que ele me disse é que por conta de, no passado, terem feito um planejamento ruim, lá em cima, lá no Governo Federal, lá em Brasília, o entendimento que se tem de Rondônia,

é que Rondônia está conectada 100%, que não existe sequer uma residência rural sem luz. Então o que acontece? O governo federal parou de mandar recurso para o Luz Para Todos em Rondônia, quando nós temos um déficit muito grande e Vossa Excelência deve saber, qualquer Deputado aqui que anda na zona rural, sabe disso. E aí o governo federal parou de mandar recurso para o Luz Para Todos. Eu, pensando que era pouco recurso, disponibilizei, num acordo com ele, para que fosse feito com minhas Emendas Parlamentares, mas o custo, daquela única Linha, de União Bandeirantes, era aproximadamente dois milhões de investimento. Então não seria possível fazer com o recurso de Emenda Parlamentar nossa, até porque nós temos um valor muito pequeno, que é de dois milhões, exatamente. Então o que acontece? Nós temos que nos reunir em Brasília e quebrar esse pensamento errôneo que se tem lá, de que já está conectado o Estado de Rondônia. Muito pelo contrário, existem muitas famílias que não tem foco de energia, não tem foco de luz em casa. Então é isso que nós precisamos fazer, a culpa não é do Estado. Eu posso garantir a Vossa Excelência que a culpa não é do Estado de Rondônia.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Se não passou a contrapartida de 10% e não é culpa do Estado, Deputado Jean, me justifique então por quê? O Estado não passou os 10% e não é culpado? É a mesma coisa das Usinas também. Então não adianta, se o governo federal mandou, licitou para determinada área, gastou 90% do governo federal, não tem os 10% do Estado, esse Projeto. Agora, se Vossa Excelência me disser que Projetos que nem foram licitados ainda, está faltando recursos, aí tudo bem, mas o que nós observamos é que licita, faz uma parte e fica faltando o restante. E não é muita coisa, é exatamente os 10% do governo do Estado que não foi feito. Outro assunto que eu preciso falar, de forma muito rápida, Senhor Presidente.

A Sra. Epifânia Barbosa – Deputado, permita-me um aparte?

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Pois não, Deputada.

A Sra. Epifânia Barbosa – A partir da fala do Deputado Jean, eu sei que o seu tempo já está estourado, mas a gente pede à Mesa, ao Presidente só um pouquinho de tolerância. O Deputado Jean falou que, ouvindo a ELETROBRÁS, eles informaram que o levantamento que foi feito, o recurso que foi repassado, foi a partir do que veio do governo federal. Mas é bom lembrar que as informações chegam até o governo federal a partir da direção local. Então, esse diagnóstico é feito pela seccional daqui.

O Sr. Jean Oliveira – Pelo IBGE.

A Sra. Epifânia Barbosa – Não estou questionando o que o Senhor está falando não, só quero fazer um complemento aqui. Em 2011 eu estive na ELETROBRÁS, na seccional aqui de Rondônia, apresentando esse mesmo levantamento que o Senhor fez em relação à União Bandeirantes, que tinham várias famílias, a Linha Triângulo, a Linha 04, várias que a linha ainda não chegou. E eles disseram que não tinham conhecimento de que aqui em Rondônia, aqui em Porto Velho, ainda havia essas

comunidades sem energia. A programação que eles tinham já estava sendo finalizada, ia ser finalizada em 2012, e eles pediram que eu oficializasse. Eu não só oficializei União Bandeirantes, mas oficializei o Lago do Cuniã, Vista Alegre do Abunã, Nazaré, várias comunidades aonde nós estávamos passando, que fosse uma ou duas residências, mas nós mesmo, pelo Gabinete, fizemos o levantamento por família, aonde não tinha chegado o Luz Para Todos, oficializei, encaminhei à ELETROBRÁS, para que a ELETROBRÁS a partir desse diagnóstico, também reformulasse o deles e encaminhasse para o governo federal, para que pudesse abrir o crédito no orçamento, e aí, a partir de 2013, esse benefício pudesse chegar às residências, aos lares. Infelizmente a situação continua a mesma, porque na semana retrasada nós estivemos também em conversa, e a informação que o senhor passa da contrapartida é a mesma. Quer dizer, em 2011 a informação que eu recebi é que eles não tinham esse diagnóstico. Faz-se o diagnóstico, quando é agora não tem a contrapartida do governo, e aí eu acho muito interessante, parece que aqui tudo o Deputado resolve. E o que eles passaram para a comunidade que esteve no meu Gabinete, é que se eu colocasse uma emenda, assim como passaram para o Deputado Jean, seria resolvido. Eu fui pesquisar uma emenda para resolver um probleminha de uma linha, são quatro milhões de reais. Então estão curtindo com a nossa cara, porque se nós temos uma emenda de dois milhões duzentos e cinquenta, e quando nós conseguimos empenhar todas já é um grande milagre, quanto mais devolver um problema, um problema não, uma competência que é deles para a gente, se nós não temos como resolver. Aí fica jogando tudo para as nossas mãos, e aí todo mundo lava, e a população fica achando que nós temos esse ato heróico de resolver todos os problemas. Eu fui muito clara, falei para a comunidade que não adianta ficar jogando contra nós. Segunda-feira haverá uma audiência da Câmara em União Bandeirantes, vão jogar a responsabilidade para os Vereadores. Porque se estiverem lá, eles vão falar a mesma coisa que disseram para o Senhor aqui. Eles não conseguem viabilizar as condições para que o governo federal possa liberar essa linha de crédito, e aí sim finaliza esse programa, como já foi finalizado em vários Estados, e aqui a coisa parece que não anda. Obrigada, Deputado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Eu agradeço o aparte.

Senhor Presidente, para encerrar, só falando o último assunto aqui, eu fui aparteado várias vezes, peço a prorrogação do tempo.

Outro assunto é o Projeto Plano Futuro. Eu estive, na semana retrasada, na região de Alto Alegre dos Parecis, conversei com o Prefeito Abadias e ele me disse o seguinte: que o Plano Futuro, é uma contrapartida, é uma parceria do governo federal com o governo do Estado e do município. O governo do Estado ficou de passar quatro mil e quinhentos reais para a contratação de técnicos, para fazer o trabalho social nas residências. E a Prefeitura entra com mais alguma coisa e governo do Estado com um pouco de recurso também para ajudar esse Projeto que visa, inclusive, além de identificar a pobreza do Estado de Rondônia, entregar trinta reais mensais, para a pobreza do Estado de Rondônia, está sendo propagado na televisão, muito e muito, é o que toda hora vemos na televisão. E eu fiquei

admirado, muito admirado, Deputado Jean, mas provavelmente também não é culpa do Governador. Desde 2012 só foi passado um mês para a Prefeitura de Alto Alegre dos Parecis, dos quatro mil e quinhentos reais. Ou seja, o Plano Futuro, Bigode, está atrasado, será que não é culpa do Governador também? O Plano Futuro, que só de mídia gasta mais de trinta reais por cada morador, para ir essa propaganda lá. O Plano Futuro, está para o passado, está atrasado desde fevereiro de 2012. É Isso que nós não podemos aceitar, fazer propaganda enganosa, quando diz que está tirando o povo de Rondônia da pobreza. Se para entregar trinta reais está atrasado desde o mês de fevereiro de 2012, e os técnicos que deveriam ser contratados pelas prefeituras... não foi repassado nenhum real, para que o Prefeito contratasse para identificar essas pessoas. É só na questão da mídia que a gente fica sabendo dom Plano Futuro, e na verdade o Plano Futuro, Bigode, está atrasado, e está atrasado muito. Por Isso que eu peço ao Governador do Estado de Rondônia, que olhe com carinho, verdadeiramente, para a pobreza. Olhar para a pobreza, Bigode, é olhar para o Joana D'Arc que está morrendo afogado. É chamar as Usinas para discutir, outra vez repactuar o que foi acertado para uma coisa e foi feito outra. Olhar para a pobreza é tirar aquela propaganda enganosa da tevê, porque não está sendo entregue trinta reais para a maioria do povo, porque a maioria das prefeituras, pelo menos as que eu conversei, Deputada Epifânia. Não está sendo passados os quatro mil e quinhentos para contratar os técnicos para colocar nas casas na zona rural, na zona urbana para identificar a pobreza neste Estado. Por isso, se tirar essa propaganda do ar, que é caríssima, talvez tivesse condição de contratar um psicólogo, contratar uma assistente social para fazer a visita na casa do pobre, e aí sim saber quem são eles, que por enquanto, o Plano Futuro está muito atrasado. Tenho dito, Senhor Presidente, e agradeço pela gentileza de ter aumentado meu tempo.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Quero parabenizar o Deputado Cláudio Carvalho pelas suas palavras. Ainda no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Zequinha Araújo, por vinte minutos com direito a aparte.

O SR. EDSON MARTINS – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – À vontade, Senhor Deputado.

O SR. EDSON MARTINS – Eu só quero registrar a presença do Prefeito Armando, de Seringueiras; Prefeito João; da CAERD, o Milton; os demais Vereadores, autoridades e todo Plenário, as pessoas que ocupam prestigiando os trabalhos, o nosso muito obrigado.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO - Sr. Presidente, nobres pares, companheiros da imprensa, companheiros do Joana D'Arc, da Emater, funcionários públicos, enfim, os companheiros que estão presentes, líderes comunitários.

Sr. Presidente, eu vim aqui para que nós possamos dirimir alguns assuntos. O primeiro passa em relação ao setor produtivo, que é uma preocupação nossa e já temos demonstrado isso nesta Casa Legislativa, em relação,

principalmente, ao produtor rural. E nós sabemos que o produtor rural hoje, mesmo que tenha a terra, que tenha os insumos, mas ele tem que ter um fator muito importante que é a assistência técnica. E essa assistência técnica, Senhor Presidente, passa pela Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia, a Emater. E eu sei que hoje nós estamos aqui com a possibilidade de dar à Emater a real estabilidade, Presidente, àqueles servidores que vivem numa expectativa muito grande, não sabem se são governo, se são entidade pública ou entidade privada, terminam não sendo nada, até hoje. Eles ficam perdidos e esta Casa de Lei tem a oportunidade de oficializar a Emater como órgão público. Estamos vendo ali, o Jurandir que é o Presidente da Associação; o Francisco, Presidente do Sindicato, outros companheiros que estão aqui conosco também. Então esse é um ponto importante que estamos falando. O companheiro Deputado Luiz Cláudio, que está aqui conosco, com certeza vai fazer o pedido também para inclusão na pauta, do Projeto para que nós possamos votar, a PEC. Um Projeto que passa a dar o direito, passa a oficializar a Extensão Rural, a Emater – RO como órgão público. Então eu espero que realmente esta Casa se sensibilize e realmente faça com que a Extensão Rural, a partir de hoje, possa ter essa estabilidade tão necessária, porque com ela quem ganha, também, são os produtores rurais, aquelas pessoas que recebem a extensão rural digna da nossa querida Emater - Rondônia.

Segundo ponto, Senhor Presidente, é em relação ao que nós acreditamos que seja interessante, porque se trata de uma parceria, trata-se de agregar valores à economia do Estado. Trata-se, sobretudo, de colocar à disposição daquelas pessoas que têm iniciativa, que têm criatividade, que têm inteligência, sobretudo, para criar Projetos e fazer com que os Projetos sejam multiplicadores, cresçam e com isso a economia do Estado também cresça. Trata-se, sobretudo, Senhor Presidente, nobres colegas, Deputado Ribamar Araújo, trata-se do terceiro setor. Eu estou vendo pessoas de Extrema que estão conosco. Então eu estou vendo pessoas que realmente vieram para elogiar e para buscar guarida junto aos nossos Deputados Estaduais, no sentido de receber e sair daqui com esse Projeto aprovado, porque dessa maneira nós poderemos trazer oportunidades para as pessoas, para aquelas pessoas que querem fazer da sua vida uma vida mais digna, através de projetos, através de empresas, de empreendimentos, e esse empreendimento será dado com dinheiro que não é do Estado. É dinheiro que vem para cá, que é gerado através de projetos que realmente trazem benefício para este Estado. Então, com certeza, este é mais um dos Projetos que eu espero que seja votado hoje, porque dessa maneira nós estaremos contribuindo para o desenvolvimento do nosso Estado.

O terceiro ponto, e para finalizar, Senhor Presidente, eu quero falar do pessoal do Joana D'Arc, também. Esse pessoal, essa população, esse povo que está aqui, que não está aqui à toa. Não é fácil as pessoas saírem daquela distância toda, enfrentando, sendo puxado ônibus por trator, como foi falado aqui pelo Bigode, para vir para cá para fazer reivindicações. Essas reivindicações têm que ser dada uma atenção especial, porque essas pessoas não estão aqui à toa, estão aqui porque foram feridos nos seus direitos necessários, que eles realmente têm. É por isso, pessoal, que nós estamos aqui também, dando

condição para vocês e o Presidente Hermínio também dando condições Para que nós possamos sair daqui com uma solução, para não sair daqui de braços cruzados de novo: ‘- Ah, o que foi que os Deputados fizeram? Eles falaram, mas ninguém saiu com nada daqui.’ Nós queremos sair daqui, é por isso que amanhã, Deputada Epifânia, vai ter Audiência Pública especificamente para isso. Agora, eu tenho certeza que nós do Joana D’Arc, o pessoal do Joana D’Arc, espera desde a estrada, porque a estrada até a Linha 05 é responsabilidade do Estado. E eu não sei porque ainda não foi feito isso lá. Nós temos que brigar por isso também. Mas eu tenho certeza que o nosso Governador Confúcio Moura, hoje mesmo, estará recebendo as reivindicações desses Deputados, e imediatamente tomará providências. Mas sabemos que existem também pessoas mentirosas, porque eu duvido que não soubessem que a alagação chegaria acima do que eles estavam colocando. Marcaram um ponto lá, está lá batida a estaca, dizendo que a água não passaria dali. Hoje, desse limite, Senhor Presidente, já tem mais de um metro e meio acima e a irresponsabilidade não é de quem está aqui não. A irresponsabilidade é daqueles que começaram a fazer o projeto, e fizeram tudo errado. Eu quero dizer para vocês que nós Deputados Estaduais não fugimos nenhum minuto dos problemas que tem a sociedade do Estado de Rondônia. Por isso podem contar conosco, nós estamos aqui unidos e juntos para que dessa maneira possa defender a melhoria da qualidade de vida do pessoal e defender vocês, criticar quem é mentiroso e rejeitar quem é bandido. Ajudamos vocês da melhor maneira possível, amanhã esperamos contar com todos aqui. E eu duvido que venha alguém dessa empresa, mas se não vier, o Deputado Euclides deu uma posição muito importante, nós podemos nos juntar, porque o Estado... nessa hora não é só o Joana D’Arc que tem que ver isso não, é o Estado de Rondônia, o município de Porto Velho, não são só os produtores do Joana D’Arc que estão sendo atingidos não, é a população de Porto Velho e do Estado de Rondônia.

Os problemas vieram, não estão resolvendo, eles sabiam que tinham problemas, mas eles não estão dando a mínima satisfação, portanto temos que nos unir e fazer uma força para mostrar que o Estado de Rondônia não é esse passarinho que fica calado não. Nós temos que gritar e vamos para cima e se for preciso. É bom que a gente interdite essa Usina para que eles respeitem o nosso povo.

E a outra sugestão do Deputado Cláudio Carvalho, também é interessante, que chegue até as autoridades maiores, o escalão maior; federal, para que assim dessa maneira nós possamos ter imediatamente uma recompensa de tudo isso. Quero parabenizar vocês pela luta, pela dedicação, pela firmeza que tem, porque só agindo assim que podemos vencer. Confie em Deus, nós vamos ganhar essa. Um abraço.

Obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Agradeço as palavras do Deputado Zequinha Araújo.

Com a palavra o Deputado Luiz Cláudio, por 20 minutos, com direito a aparte.

O SR. LUIZ CLÁUDIO – Sr. Presidente, Deputado Lebrão, que é do meu partido; quero saudar a todos os Parlamentares, a

Deputada Epifânia; saudar o Luiz Pires, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores aqui de Porto Velho, em nome de todos os senhores agricultores e agricultoras que estão neste plenário, dizer que o Deputado Luiz Cláudio é totalmente favorável à reivindicação dos senhores porque ela é justa. Eu defendo que, quando o governo federal for assentar agricultores, eles possam fazer um trabalho com dignidade, porque eu lembro quando foram colocadas essas famílias no Joana D’Arc, a Deputada Epifânia também afirmou isso, as dificuldades eram grandes e desde aquela época que vocês vêm sofrendo com falta de estradas, falta de atendimento em todos os setores. Eu gostaria ainda de ver, no Brasil, quando se fizesse um assentamento para pequenos agricultores, pudesse fazer um trabalho para dar dignidade a quem trabalha produzindo alimentos. Mas colocam os agricultores nas piores situações, em áreas distantes, sem estradas, fica dependendo do Estado, fica dependendo do município e aí cada um tem sua justificativa e suas dificuldades e sempre quem sofre é o pequeno produtor. E agora complicou mais, senhores, vocês estão sofrendo muito mais agora com a questão das Usinas. As Usinas vieram agora complicar mais a situação de todas essas famílias que estão lá no Joana D’Arc. Vocês estão voltando ao início, talvez pior, quem sabe pior do que quando vocês foram colocados naquela região. Então eu quero dizer, Deputados, podem contar com o Deputado Luiz Cláudio, no que for possível, para defender os senhores e as senhoras juntamente com todos os Parlamentares deste Parlamento porque é questão de justiça. O pequeno agricultor sempre é deixado por último, tudo que é para atender o pequeno agricultor, principalmente em Rondônia, é o último a ser atendido. É necessário vocês virem fazer protesto na cidade, é necessário vocês virem para este Parlamento, a este Plenário porque a Casa de vocês, é a Casa do povo para vir expressar realmente a revolta dos senhores e das senhoras, pela falta de respeito e de dignidade, porque está realmente atingindo a sobrevivência de todos os senhores. Por isso eu quero dizer que podem contar com o Deputado Luiz Cláudio no que for preciso, Deputado Lebrão, e mais uma vez dizer que todos os assentamentos que eu conheço, todos realmente só existem muitas dificuldades. Colocam os agricultores nas piores terras, parece que deixam lá é para eles depois saírem de lá. Não querem resolver o problema do pequeno agricultor de Rondônia. As melhores terras não são colocadas para os agricultores, e o certo seria escolher para os agricultores terras boas, terras férteis. Quando o governo tivesse que assentar uma família rural teria a obrigação de oferecer escola, Deputado Marcelino, saúde, estrada adequada, financiamento na hora, teria que ter um projeto de habitação, de eletrificação rural. Enfim, o produtor rural necessita de dignidade igual o homem e a mulher da cidade.

O Sr. Marcelino Tenório – Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. LUIZ CLÁUDIO – Concedo aparte ao nobre Deputado Marcelino Tenório, conhecedor profundo, porque também é agricultor e conhece a realidade da agricultura brasileira.

O Sr. Marcelino Tenório – Deputado, mais uma vez quero parabenizar V.Ex.^a pela sua preocupação e suas palavras são muito sábias. Eu sempre pensei que reforma agrária neste

país... quando se fala nela, não é dessa maneira que se faz. Essas palavras que V.Ex.^a disse, reforma agrária se faz com dignidade, é um ser humano que precisa trabalhar, as pessoas que saem das zonas urbanas para poder prestar serviço na zona rural, gerando riquezas, renda e desenvolvimento para o país, mas infelizmente, Deputado Lebrão, eu não sei aonde se encontra o Ministério de Desenvolvimento Agrário que não resolve as pendências do campo neste País. Como se pode colocar uma pessoa, um cidadão com a família para dar terra para ele a 200, 300 quilômetros, onde não tem energia, estrada, saúde, educação, Deputado Luiz Cláudio, nesses locais. Eu não imagino e nunca passou pela minha cabeça que isso é reforma agrária, isso é escravidão que esse Poder Público desse País faz com o cidadão que quer trabalhar, gerar renda e riqueza para este País. Eu acredito, Deputado, que o governo federal, o governo estadual tinha que ter a consciência, a humanidade de quando um cidadão quer trabalhar no campo, Deputado Lebrão, não precisa ele invadir e nem tomar posse de ninguém. O Estado tem que se antecipar ao problema e saber que aquele pai de família que quer trabalhar, gerar renda e riqueza para ele criar os seus filhos, que ele faça em terras agricultáveis, faça nas terras que realmente exista condição de trabalhar, desenvolver e crescer, tanto financeiramente como também culturalmente. Agora, não admito que um cidadão tenha que se afundar 100, 200, 300 quilômetros de distância, nas matas para pegar todo tipo de malária que existe neste Estado, e muito mais doenças, para poder trabalhar e gerar renda e riqueza para si, para o Estado e para a União. Isso realmente é uma vergonha para o nosso País, é uma vergonha para o nosso Estado. Precisamos que as pessoas que estão no Poder lá em Brasília tomem essa consciência, que fazer reforma agrária ou distribuir terra para as pessoas precisa ser aonde existe toda infraestrutura, para que o agricultor possa trabalhar mais e gerar renda e riqueza. E vocês que estão aqui presentes podem contar também com este Deputado que não abre mão de maneira alguma, de defender o pequeno trabalhador rural do Estado de Rondônia.

O SR. LUIZ CLÁUDIO – Muito obrigado, Deputado Marcelino Tenório, e é uma grande realidade no Brasil. Eu quero lembrar das palavras de um Secretário de Agricultura que já é falecido, eu sempre gosto de relembrar uma mensagem que ele sempre dizia em reuniões com agricultores: quando o Brasil entender que o Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário são os Ministérios mais importantes, aí sim, nós vamos poder ver um agricultor, uma agricultora ser valorizado no campo. Hoje não é ainda, essa realidade, Deputado Marcelino, tudo é difícil para o agricultor, política de preço mínimo, tudo é complicado. Nós estamos vivendo momentos, de que quando o produtor produz o preço é baixo do seu produto, depois não tem uma política de preço mínimo à altura do pequeno produtor de Rondônia, do Brasil, enquanto os países ricos, Estados Unidos, Europa, tudo é subsidiado, lá se o agricultor não produzir é indenizado, mas no Brasil é diferente, não tem seguro agrícola, se o produtor não produzir ele tem que vender o que tem para pagar o financiamento que ele fez, infelizmente é a realidade brasileira. Quem produz alimento para a mesa do cidadão do nosso País são os pequenos, são eles que produzem a cesta básica, mas eles não têm o apoio que realmente precisam ter. Eu gostaria também, Deputado Marcelino...

O Sr. Marcelino Tenório – Um aparte, Deputado?

O SR. LUIZ CLÁUDIO – Pois não, Deputado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Só dar mais ênfase a esse problema. Hoje, nós estamos vendo no noticiário nacional, os preços dos alimentos em alta, e as pessoas dos grandes centros de consumo ficam falando que não podem pagar X ou Y naquele produto. Então, já que ele não pode pagar por que ele não vai produzir? Por que ele não vai levar trinta, quarenta graus desse sol escaldante que tem o nosso Estado de Rondônia e nosso país, para que ele saiba quanto vale produzir, trabalhando no dia a dia? Aí ele vai saber quanto custa um dia de serviço de um trabalhador rural. É muito fácil se falar que um quilo de tomate, é cinco, seis reais, é caro, já que acham que é caro, vão para o campo, vão produzir. Eu defendo que a produção da agricultura familiar tem que ter preço, para garantir renda e riqueza para esse grande produtor, Deputado Luiz Cláudio, isso é que eu penso desse País e das pessoas que trabalham no campo. Eles precisam ter qualidade de vida, renda e riqueza para atender a sua necessidade e da sua família.

O SR. LUIZ CLÁUDIO – Muito obrigado, Deputado.

Eu, só para afirmar o que eu estou dizendo, eu estive esse final de semana no município de Alto Alegre dos Parecis, no município de Alta Floresta, e lá eu vi terras boas, terras férteis, uma produção de feijão espetacular, café clonal, Deputado Marcelino, produtor colhendo oitenta sacas no hectare, só que a diferença era na terra e também nos tratamentos culturais, mas o solo, Deputados, dava gosto de ver. Nós que gostamos da agricultura, eu fiquei maravilhado de ver tanta lavoura de feijão. Foi tudo plantado com o suor do agricultor, o governo não entregou semente de feijão para os agricultores, mas eles não deixaram de plantar. Eu vi realmente alta tecnologia no café, Deputado Marcelino, eu fiquei entusiasmado com aquele trabalho. Por isso o governo, quando assentar famílias, tem que colocar em terras boas e tem que dar condições de trabalhar e de produzir, aí sim, nós vamos ter riqueza, Deputado Adelino, nós vamos ter alimento de fartura, não só no campo, mas na cidade.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Conceda-me um aparte, Deputado.

O SR. LUIZ CLÁUDIO – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Agradeço o aparte, Deputado Luiz Cláudio.

Quero dizer que nós estivemos, num dia de campo, em Buritis, aonde um proprietário lá produz cento e trinta sacas por hectare. É um exemplo de agricultor, exemplo de pessoas que trabalham, que investe na agricultura, mas é aquilo que o Deputado Marcelino falou agora, nós temos que melhorar na produtividade. Essas pessoas que estão assentadas aqui no Joana D'Arc, a terra não ajuda, precisa calcário, precisa adubo, precisa condições para eles produzirem. Então o homem do campo produzir hoje na roça, sem ter acesso ao calcário, ter acesso ao adubo, acesso ao maquinário para poder mecanizar a sua terra, é muito difícil. Ainda tem alguns heróis, algumas

peessoas que ainda conseguem produzir na área rural. Aqui foi citado o Luz Para Todos, quando é luz para alguns, nem todos os agricultores têm acesso. Então eu acho que é um tema superimportante, a questão da falta de semente para o produtor plantar esse ano, o feijão e o arroz. Foi uma falha muito grave da Secretaria de Agricultura. Nós temos que cobrar do governo do Estado para que não aconteça mais. Houve aquela troca de Secretário, quando um Secretário estava saindo, outro estava entrando, um pôs a culpa no outro, mas com certeza é uma falha gravíssima. Portanto nós queremos nos colocar à disposição de todos os produtores lá do Assentamento do Joana D'Arc, dizer que nós somos solidários porque também essas Usinas criaram uma situação que prejudicou mais ainda eles, porque levantou oitenta centímetros sem está pactuado. Então eu quero dizer que é mais uma falha do ex-governador do Estado, do ex-prefeito de Porto Velho, quando pactuou, quando foi construir obras lá dentro dessa área e não previram essa situação. E se foi mudado esse Projeto agora, então tem que repactuar, tirar todo aquele pessoal que está sendo prejudicado, para poder consertar o erro que foi feito no passado. Então com certeza é uma situação que eu vejo... as crianças sem estudar, os produtores sem produzir e agora, de repente, essa hidrelétrica acaba, as Usinas acabam e a esperança deles onde fica? Então, quero dizer para os produtores que estão aqui presentes, contem conosco.

Quero parabenizar também Vossa Excelência por esse discurso que é muito importante, melhorar a produtividade, porque não tem coisa pior para o agricultor que plantar e colher pouco ou plantar e não colher nada. Por isso é muito difícil sobreviver na roça.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLÁUDIO – E para encerrar, eu gostaria de dizer, Deputada Epifânia, que amanhã, na Audiência Pública, possa sair daqui um documento com assinatura de todos os Deputados avalizando as reivindicações de todas essas famílias. Eu acho que realmente eles têm que ser indenizados e têm que conseguir outra área, uma área de terra boa, dar casa boa para esses agricultores, dar estrada, dar educação e condições para eles. Se fizer esse documento aqui amanhã, na Audiência Pública, Deputada Epifânia, eu estarei assinando em favor desse povo que merece todo respeito e consideração de todos nós. Muito obrigado, Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Agradeço as palavras do Deputado Luiz Cláudio.

Quero registrar e agradecer a presença da Excelentíssima Senhora Vereadora Eliane Silva Cardoso e também do Vice-Presidente da Câmara, que é Vice-Presidente da Câmara lá de Itapuã; também o senhor Adailton Pascoalete, Presidente da Associação dos Produtores Rurais também lá em Itapuã, sejam todos bem-vindos.

Com a palavra o Deputado Jean oliveira, por um prazo de vinte minutos, com aparte.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Sr. Presidente, garanto a Vossa Excelência e aos demais colegas que vai ser muito breve a minha comunicação. Pedi para ser inscrito em Comunicação Parlamentar porque eu preciso de cinco minutos, só para dizer

que esse final de semana foi muito produtivo. Estivemos na região de Jarú, onde tivemos a oportunidade de discutir justamente o produtor rural. Sabemos que a região de Jarú é uma das regiões mais produtivas, senão a mais produtiva do Estado, é a bacia leiteira do Estado de Rondônia e ali nós temos um número considerável de pequenas propriedades, Deputado Jaques Testoni, Vossa Excelência que é de Ouro Preto, outra região muito produtiva. E lá nós discutimos a questão ambiental, a regularização das propriedades e das atividades dos produtores de Jarú. Só que evidentemente que a reunião não ficou restrita ao município de Jarú, contamos com a presença de vários produtores de Theobroma, Anari, Jorge Teixeira e outros municípios. Mas eu tive a satisfação de ter a presença, do meu lado, da Secretária de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, e discutimos o Cadastro Ambiental Rural – CAR. Tivemos vários debates, mas foi notório o entendimento de que o produtor rural do nosso Estado ainda não tem conhecimento das leis da Legislação Ambiental. Discute-se muito a agricultura, mas hoje não é possível plantar nem ao menos colher, se não seguirmos a Legislação Ambiental. A agricultura está paralela ao meio ambiente e nós temos que ter um entendimento... eu como bisneto, neto e filho de produtor rural, tenho o entendimento hoje, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Casa, aqui da Assembleia Legislativa, que o meio ambiente não veio para atrapalhar, muito pelo contrário, é fator estimulante para que o cidadão utilize melhor a sua área de terra. Então, o que nós fizemos, Deputado Jaques Testoni? Fizemos uma reunião e uma discussão para alertar o cidadão que está irregular, as alternativas que ele tem para se regulamentar e para ter a sua propriedade licenciada para poder produzir com tranquilidade. A nossa preocupação qual é? O Ministério Público Federal firmou um TAC com os frigoríficos do Estado de Rondônia, dizendo que propriedade que não está licenciada ambientalmente, que tem qualquer tipo de problema, não poderá mais comercializar o seu gado. Então, a minha preocupação hoje com a pecuária de corte é grande, mas também não podemos deixar que o produtor menor, o do leite, comece a ficar irregular e amanhã ou depois esse mesmo Ministério Público chegue aos laticínios e proíba a comercialização do leite. Foi com esse intuito que a Comissão de Meio Ambiente, Deputada Epifânia, fez essa Audiência, dar alternativa, mostrar as alternativas que o produtor rural tem para poder se regulamentar. Eu quero fazer uma crítica a um órgão do Estado que não vem fazendo o mesmo. Nós fizemos isso com a SEDAM porque tivemos o princípio de que o DETRAN, a autarquia que cuida do trânsito e transporte do Estado de Rondônia está cometendo um erro gravíssimo, Deputado Lebrão. Presidente, eu não quero acreditar que o DETRAN está movendo essa onda de blitz com o intuito de multar, não, é outra coisa, é apreender, apreensão e repressão é o tema que elejo para os adjetivos aqui, que eu posso colocar em cima do DETRAN, eu não quero acreditar que é por causa daquele Projeto de Lei que nós, aqui na Assembleia, autorizamos 25% de remanejamento das taxas de um dinheiro que muitas vezes fica represado, que não é utilizado para atender a saúde do Estado de Rondônia. Autorizamos porque pensamos que saúde é prioridade, e eu votei sem resquício nenhum, aprovei 25% de remanejamento de dinheiro de taxa que fica represado, fica parado, para atender a saúde pública.

E posterior a isso, o DETRAN começou a mobilizar pelo Estado de Rondônia, indo a lugares tão longínquos que a gente nem pode imaginar, teve blitz de apreensão em Colina Verde. Quem conhece Colina Verde sabe que é um distrito muito pequeno onde nós não podemos enquadrar a lei com tanto rigor como se faz aqui em Porto Velho. Em Colina Verde, ou em Urupá, ou em Alta Floresta, ou em Alto Alegre, Santa Luzia, não pode. Mas o DETRAN está com esse intuito de multar para recuperar esses 25% de remanejamento para a saúde. Eu quero dizer que o DETRAN tem que tomar atitude de fazer como nós fizemos, fazer uma blitz educativa para ensinar o povo a se adequar, mostrar as alternativas que o povo tem para se regulamentar no trânsito.

Esta Casa aprovou o REFAZ IPVA, dando a chance daquele produtor que tem uma motinha que está há quatro anos com o licenciamento atrasado, tem quatro IPVA's para pagar, mas tem gente que não tem dinheiro, nunca, para pagar isso. Mas esta Casa aprovou o parcelamento desta dívida, dando isenção de 70% nos juros e 80% nas multas, com o intuito de ajudar o cidadão a se regulamentar. Mas o DETRAN faz ao contrário, o DETRAN faz blitz e apreende o veículo do cidadão, fazendo um volume gigantesco nos pátios do DETRAN. Então eu quero vir aqui manifestar o meu repúdio a essa atitude do DETRAN e pedir que ele tome a prática da educação, de ensinar o cidadão a se regulamentar para que ele não precise ter o seu veículo apreendido.

Esta Assembleia tem votado com o Governo, Projetos que ajudam o cidadão a conseguir novamente a se regularizar. O Estado não quer apreender veículo de ninguém. O Estado quer o quê? A parceria com o cidadão com seus impostos em dia. Então o que é que tem que ser feito? Tem que ser feito uma melhor divulgação dos Projetos de Lei que esta Casa vota, dos benefícios que se dá ao povo, e muitas vezes o que é bom não é divulgado, mas o que é ruim é divulgado, Deputado Ribamar. Então fica aqui o meu repúdio ao DETRAN e peço que o DETRAN, nas suas blitz, de forma educativa mostre ao cidadão que tem alternativas para ele se regulamentar. Ficam aqui as minhas contribuições. Muito obrigado.

(Às 17 horas e 32 minutos o Senhor Lebrão passa a Presidência ao Senhor Jaques Testoni)

O SR. JAQUES TESTONI (Presidente) – Senhoras e Senhores Parlamentares, conforme preceitua a alínea O do inciso I do artigo 14, do Regimento Interno, anunciarei a seguinte Ordem do Dia para esta Sessão: Veto Total nº 85/13, Veto Total nº 86/13 e Veto Total nº 87/13. Nós precisamos liberar esses Vetos porque eles estão trancando a pauta. Então eu convoco os nobres Deputados a virem ao Plenário para efetuar a votação. Encerrado o Grande Expediente, passemos às Comunicações de Lideranças.

Não há oradores inscritos.

Encerrada as Comunicações de Liderança, passemos à Ordem do Dia.

Convido o nobre Deputado Kaká para secretariar a Sessão.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das Proposições recebidas.

O SR. KAKÁ MENDONÇA (Secretário ad hoc) – Procede à leitura das Proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO KAKÁ MENDONÇA - Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao senhor Marcos Ranulfo Ferreira.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS - Declara de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Profissional - IDESP, no município de Porto Velho.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR - Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Linha C0 – ASPROZERO, no município de Monte Negro.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR - Acrescenta dispositivos na Lei Estadual nº 1.307, de 15 de janeiro de 2004 que “dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, concede passe livre às pessoas idosas e portadoras de deficiência, no sistema de transporte coletivo intermunicipal, e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL - Institui o dia do Gestor Ambiental no âmbito do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LEBRÃO - Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor Jair Luiz.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO - Requer a inclusão de pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 23 de abril de 2013 - Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo referente à Mensagem nº 036.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CLÁUDIO CARVALHO - Requer junto ao Senhor José Carlos Carregaro, coordenador do Programa Luz Para Todos no Estado de Rondônia, esclarecimentos sobre a situação do Programa no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO COLETIVO - Requer a retirada do Projeto de Lei nº 632/12.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO - Requer a realização de Audiência Pública, para discutir Projeto de Lei nº 788/13 e assuntos correlatos.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO - Requer realização de Audiência Pública, no dia 7 de maio, às 09 horas, para discutir o Projeto de Lei 411/2013 e assuntos correlatos.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO - Requer ao Governo do Estado, junto à Secretaria de Assuntos Estratégico - SAE, informações detalhando os municípios, objetos e valores sobre o investimento do Programa de Desenvolvimento e

Inclusão Socioeconômica do Estado de Rondônia – PIDISE E PRO–INVESTE, em todo o Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO - Requer a realização de Audiência Pública no dia 28 de maio de 2013, para tratar sobre o Fundo Emergencial de Febre Aftosa do Estado de Rondônia – FEFA-RO, e o Fundo Estadual de Sanidade Animal – FESA-RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO - Requer Voto de Louvor ao Jornal Alto Madeira.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JEAN DE OLIVEIRA - Requer da Mesa Diretora, na forma regimental, seja solicitada à Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC, informações acerca da Recomendação nº 004/2013– 3º PJ-JÁ, de 19 de março de 2013 - MP/Jaru/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA - Indica ao Governo do Estado a necessidade de prestar assistência aos ribeirinhos dos municípios que especifica, no Estado de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN DE OLIVEIRA - Indica ao governo do Estado, com cópia à Coordenadoria Geral da Operação ACISO, a necessidade de realizar a operação nos seguintes municípios que especifica, na Zona da Mata, Estado de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA - Indica ao Governo do Estado, com cópia ao Departamento de Estradas e Rodagens e Transportes – DER, a necessidade que seja feito os serviços de patrolamento e sinalização da estrada que liga Alto Alegre dos Parecis ao distrito de Porto de Rolim de Moura.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA - Indica ao Governo do Estado, com cópia ao Departamento de Estradas e Rodagens e Transportes – DER, a necessidade de substituir pontes de madeira por de concreto, nos distritos de Porto Velho, Jaci-Paraná, União Bandeirante, Vista Alegre do Abunã, Extrema de Rondônia e Nova Califórnia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA - Indica ao Departamento de Estradas e Rodagens e Transportes – DER, a necessidade urgente de que seja feito os serviços de tapa buracos, recapeamento asfáltico e sinalização da RO -010, no trecho que liga Pimenta Bueno à Rolim de Moura.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA EPIFÂNIA BARBOSA - Indica ao Poder Executivo Estadual a construção de cinco salas de aula no distrito de São Carlos, município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Confúcio Moura, com cópia à Secretaria Estadual de Saúde, a necessidade de aquisição de uma ambulância equipada para atender aos municípios de Santa Luzia do Oeste, São Miguel do Guaporé e Guajará-Mirim.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA - Indica ao Governo do Estado, a necessidade de viabilizar convênio com a Prefeitura do Município de Primavera de Rondônia, a fim de dar manutenção na rede de iluminação pública das ruas e avenidas da cidade.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA - Indica ao Governo do Estado, com cópia à ELETROBRAS Distribuição de Rondônia, a necessidade de que seja feita expansão da rede de energia elétrica para o distrito de Vitória da União, no município de Corumbiara.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA - Indica ao Governo do Estado, com cópia a Secretaria de Estado de Saúde - SESA, a necessidade de dotar o Hospital Municipal de Cabixi, de uma mesa cirúrgica com acessórios para suprir a necessidade daquela unidade de saúde.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA EPIFÂNIA BARBOSA - Indica ao Poder Executivo Estadual, a criação de Lei que determine a instituição do Programa de Parceria e Colaboração entre o Governo do Estado de Rondônia e municípios.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA EPIFÂNIA BARBOSA - Indica ao Poder Executivo Estadual, através da Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS, a necessidade de instalação de um alambrado e a construção de duas guaritas no Presídio de Buritis, no município de Buritis.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA EPIFÂNIA BARBOSA - Indica ao Poder Executivo Estadual, a criação de Lei que determine a criação do Centro de Documentação e Pinacoteca Palácio Presidente Getúlio Vargas.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO - Indica ao Senhor Governador do Estado, através do DER, uma patrulha mecanizada para recuperação da malha viária rural do município de São Miguel do Guaporé do Estado de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO - Indica ao Senhor Governador do Estado, através do DER, uma patrulha mecanizada para recuperação da malha viária rural do município de Seringueiras Estado de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO - Indica ao Senhor Governador do Estado, através do DER, uma patrulha mecanizada para recuperação da malha viária rural do município de São Francisco do Guaporé.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO - Indica ao Senhor Governador do Estado, através do DER, uma patrulha mecanizada para recuperação da malha viária rural do município de Costa Marques.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO - Indica a necessidade do Governo do Estado, a reforma da Unidade Mista de Saúde no município de Nova Brasilândia do Oeste.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO - Indica ao Senhor Governador do Estado a criação do Programa de Capacitação e Formação de Cuidador do Idoso.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO - Indica ao Senhor Governador do Estado, a necessidade de patrolamento e encascalhamento da Linha 54 e Linha 44, no PA Rio Alto, e nas Linhas: 01, 02, 03 e 04, Projeto de Minas Novas, no município de Buritis.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO - Indica ao Senhor Governador do Estado a necessidade de Construção e Sinalização de Quebra-molas, na Linha 184, KM 24 e na Rodovia RO 135 (Linha 160), Km 25 no município de Castanheiras.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO - Indica ao Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de adquirir 01(um) Trator de Esteira e 90.000(noventa mil) mudas de Café Clonal para atender os agricultores do município de Castanheiras.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO - Indica ao Senhor governador do Estado sobre a necessidade de aquisição de um veículo popular, para atender os serviços básicos da Unidade do SINE, do município de Pimenta Bueno.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO - Indica ao Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de implantação e construção de um Posto de Saúde, no Setor Bela Vista, Bairro urbano, município de Pimenta Bueno.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO - Indica ao Poder Executivo, com cópia para a SEDUC – Secretaria de Estado da Educação, a necessidade de aquisição de 10 veículos novos, tipo ônibus, para atender o município de Rolim de Moura.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO - Indica ao Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de construir três galerias (bueiros celulares), sendo: 01 na Linha 140 Sul, Km 08 e 01 na Linha 144 Sul, Km 04 e outro na Linha 148 Norte, Km 04, no município de Novo Horizonte do Oeste.

O SR. JAKES TESTONI (Presidente) – Está suspensa a Sessão, por conveniência técnica.

(Suspende-se a Sessão às 17 horas e 43 minutos e reabre-se às 18 horas e 01 minuto)

O SR. JAKES TESTONI (Presidente) – Está reaberta a Sessão.

Convido a nobre Deputada Epifânia, para Secretariar a Sessão. Solicito a senhora Secretária proceder à leitura das Matérias a serem apreciadas.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Secretária ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO - Requer voto de Louvor ao Jornal Alto Madeira.

O SR. JAKES TESTONI (Presidente)- Em discussão e votação o Requerimento que acaba de ser lido.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, senhora Secretária.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Secretária ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO - Requer a realização de Audiência Pública, no dia 28 de maio de 2013, para tratar sobre o Fundo Emergencial de Febre Aftosa no Estado de Rondônia – FEFA-RO e Fundo Estadual de Sanidade Animal – FESA-RO.

O SR. JAKES TESTONI (Presidente)- Em discussão e votação o Requerimento que acaba de ser lido.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima Matéria, senhora Secretária.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Secretária ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO - Requer realização de Audiência Pública, no dia 07 de maio, às 9 horas, para discutir o Projeto de Lei 411/2013 e assuntos correlatos.

O SR. JAKES TESTONI (Presidente)- Em discussão e votação o Requerimento que acaba de ser lido. Em votação.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, senhora Secretária.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Secretária ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO - Requer realização de Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei nº 788/13 e assuntos correlatos.

O SR. JAKES TESTONI (Presidente)- Em discussão e votação o Requerimento que acaba de ser lido.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, senhora Secretária.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Secretária ad hoc) – VETO TOTAL Nº085/13 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM Nº045. Veto Total ao Projeto de Lei nº577/12 de autoria do Deputado Zequinha Araújo, que “institui na rede de ensino médio o Programa de Estudo da Dependência Química e suas consequências e dá outras providências.

(Às 18 horas e 04 minutos o Senhor Jakes Testoni passa a Presidência ao Senhor Hermínio Coelho)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O Projeto encontra-se sem o Parecer das Comissões.

Peço ao Deputado Luiz Cláudio que emita o Parecer pelas Comissões.

O SR. LUIZ CLÁUDIO – Sr. Presidente, o Projeto tem como autor o Poder Executivo, que trata do Veto Total ao Projeto de Lei nº 577/12 do Deputado Zequinha Araújo, que institui na rede de ensino médio o Programa de Estudo da Dependência Química e suas consequências e dá outras providências. Senhor Presidente, de acordo com a constitucionalidade, legalidade da Matéria o meu Parecer é favorável.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Parecer favorável do Deputado Luiz Cláudio, pela manutenção do Veto do Poder Executivo.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está Aprovado o Parecer.

Em discussão única e votação nominal o Veto Total nº 085/13.

Os Deputados favoráveis à manutenção do Veto votam 'sim', os contrários votam 'não'.

O Painei já está à disposição dos Deputados.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	– sim
- Deputado Adriano Boiadeiro	- ausente
- Deputada Ana da Oito	- abstenção
- Deputado Claudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- ausente
- Deputado Flávio Lemos	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- abst. reg.
- Deputado Jaques Testoni	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	– sim
- Deputado Marcos Donadon	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Neodi	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- ausente

Com 13 votos favoráveis, 01 abstenção e 01 abstenção regimental, está mantido o Veto.

Próxima Matéria, senhora Secretária.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Secretária ad hoc) – VETO TOTAL Nº 086/13, MENSAGEM Nº 046 DO PODER EXECUTIVO. Veto Total ao Projeto de Lei Nº 558/12 do Deputado Lebrão, que “Fica criado no âmbito do Estado de Rondônia, o Programa de Assistência Integral às Pessoas Portadoras de Epilepsia”.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pedir aqui para o Deputado Jaques, emitir Parecer pela Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. JAKES TESTONI – Veto Total nº 086/13 do Poder Executivo, Mensagem nº 46 - Veto Total ao Projeto de Lei nº 558/12 do Deputado Lebrão, em que fica criado no âmbito do Estado de Rondônia o Programa de Assistência Integral de Pessoas Portadoras de Epilepsias.

O Projeto é inconstitucional, então eu peço, pelas Comissões, a manutenção do Veto, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Parecer que é pela manutenção do Veto do Deputado Jaques Testoni.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em discussão única e votação nominal Veto Total nº 086/13 do Poder Executivo.

Os Deputados favoráveis à manutenção do Veto votam 'sim', os contrários votam 'não'.

O painei já está à disposição dos senhores Deputados.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	– sim
- Deputado Adriano Boiadeiro	- ausente
- Deputada Ana da Oito	- sim
- Deputado Claudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- ausente
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- abst. reg.
- Deputado Jaques Testoni	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	– sim
- Deputado Marcos Donadon	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Neodi	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

Com 14 votos favoráveis e 01 abstenção regimental, está mantido o Veto.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhora Secretária.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Secretária ad hoc) – VETO TOTAL Nº 087 / 13 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM 054

- Veto Total ao Projeto de Lei nº 751/13 da Mesa Diretora que “Estabelece condições de irredutibilidade da remuneração dos servidores ativos do quadro de pessoal efetivo da Assembleia Legislativa”.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pedir ao Deputado Neodi, para emitir Parecer pela Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. NEODI – Sr. Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, o Veto Total nº 087/13 do Poder Executivo, Veto Total ao Projeto de Lei nº 751/13, da Mesa Diretora que “estabelece condições de irredutibilidade da remuneração dos servidores ativos do quadro de pessoal efetivo da Assembleia Legislativa”.

Senhor Presidente, senhores Deputados, Senhoras Deputadas, temos aqui em mãos o Parecer sobre o Veto Total nº 087/13, elaborado pela nossa Assessoria Jurídica com cinco laudas. Então, portanto, é um relatório bastante extenso e vamos destacar aqui, Deputado Adelino, seus principais pontos que são os seguintes: a Matéria não tem vício iniciativo, é iniciativa formal, visto que a Constituição e o Regimento Interno estabelecem que cada Mesa Diretora a fixação de respectiva remuneração e gratificação para os servidores, e o Projeto de Lei foi de iniciativa da Mesa Diretora. Portanto, o Projeto não é um Projeto inconstitucional.

O Projeto de Lei que foi aprovado por esta Casa de Leis é constitucional no aspecto material, visto que é competência privativa da Assembleia Legislativa dispor sobre a sua organização, funcionamento, criação, transformação ou extinção de cargos e empregos em funções.

O Projeto não cria nenhum benefício previdenciário como consta na Mensagem do Veto. Portanto, houve um equívoco aqui por parte dos Procuradores que vetaram esse Projeto, porque ele trata da incorporação de gratificação dos servidores ativos que estão contribuindo com o sistema de previdência estadual e passarão a contribuir sobre a totalidade de remuneração bruta com incorporação que se trata de Projeto desde que preenchido os requisitos previstos nesta Lei.

Assim, diante do exposto, e acima do que consta o Parecer que ora anexamos ao processo Legislativo, considerando que o Projeto de Lei nº 751/13 aprovado por esta Casa Legislativa se reveste de legalidade e da necessária constitucionalidade formal e material, nosso voto é pela rejeição total ao Veto Nº 087/13. É o nosso Parecer, Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, pela derrubada do Veto Total.

Portanto, nós estamos encaminhando aqui o nosso Parecer, Senhor Presidente, pela derrubada do Veto por entendermos, Senhora Deputada Epifânia Barbosa, que o Projeto é constitucional, é de autoria da Mesa Diretora e cabe, compete à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa legislar sobre cargos, remuneração dos servidores desta Casa.

Portanto, gostaria que além de colocar aqui o meu Parecer pela derrubada do Veto, pedir aos Senhores Deputados e senhoras Deputadas que nos acompanhassem, não apenas na aprovação do nosso Parecer pela derrubada do veto, mas também com a votação, votando NÃO ao Veto e votando pela derrubada do Veto. É esse o meu Parecer e é o encaminhamento que eu peço aos Senhores Deputados e Senhoras Deputadas.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Parecer que é pela rejeição do Veto Total nº 087/13 do Poder Executivo. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados favoráveis à aprovação do Parecer permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.
Está aprovado o Parecer, que é pela rejeição do Veto.

O SR. NEODI – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Neodi.

O SR. NEODI – Mais uma vez aqui, porque há alguma dúvida de alguns Deputados. Eu quero apenas esclarecer, mais uma vez aqui, fui questionado por alguns colegas. O Projeto não é inconstitucional, ele é constitucional, ele é um Projeto da Mesa Diretora desta Casa, legislando sobre os funcionários desta Casa, que cabe a esta Casa legislar. A Lei é muito clara sobre isso, inclusive, o nosso Parecer tem cinco laudas, com toda a Assessoria técnica e nós precisamos fazer justiça àqueles funcionários que realmente estão aqui na Casa, lógico que todos têm sua importância aqui dentro, mas durante o período que exerceu essa função, nós estamos fazendo justiça. Então eu quero mais uma vez aqui encaminhar o pedido a todos os colegas Deputados, que votem ‘não’, vamos votar pela derrubada do Veto.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão única e votação o Veto. A votação é nominal. A orientação é para que os Deputados votem ‘não’, que é pela derrubada do Veto. O painel já está à disposição dos Senhores Deputados.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Adriano Boiadeiro	- ausente
- Deputada Ana da 8	- não
- Deputado Cláudio Carvalho	- não
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputada Epifânia Barbosa	- não
- Deputado Euclides Maciel	- não
- Deputado Flávio Lemos	- não
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- abst.reg.
- Deputado Jaques Testoni	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- não
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Luiz Cláudio	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- não
- Deputado Marcos Donadon	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Neodi	- não
- Deputado Ribamar Araújo	- não
- Deputado Saulo Moreira	- não
- Deputado Valdivino Tucura	- não
- Deputado Zequinha Araújo	- não

Com 14 votos Não, 01 Abstenção Regimental, está rejeitado o Veto Total do Executivo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, passemos às Comunicações Parlamentares. Não há oradores inscritos.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para discutir e votar os seguintes Projetos: Proposta de Emenda Constitucional nº 018/13, Com Substitutivo, do Poder Executivo, PEC da EMATER; Projeto de Lei Complementar nº 081/12, Com Substitutivo, Emenda Modificativa ao Substitutivo do Poder Executivo; Projeto de Lei Complementar nº 108/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 595/12, do Deputado Jean Oliveira; Projeto de Lei nº 709/12, da Deputada Glaucione; Projeto de Lei nº 746/13, do Deputado Euclides Maciel; Projeto de Lei nº 752/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 753/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 764/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 765/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 766/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 768/13, do Deputado Lebrão; Projeto de Lei nº 769/13, do Deputado Luiz Cláudio; Projeto de Lei nº 770/13, do Deputado Luiz Cláudio; Projeto de Lei nº 785/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 787/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 812/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 853/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 842/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 758/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 810/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 834/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 754/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 763/13, do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 738/13, do Poder Executivo, para apreciar todos esses Projetos. Essa é a Ordem do Dia para a próxima Sessão Extraordinária, que já está convocada. Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 18 horas e 24 minutos).

**ATA DA 10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 8ª LEGISLATURA.**

Em 23 de abril de 2013

Presidência dos Sr.
Hermínio Coelho - Presidente

Secretariado pela Sra.
Epifânia Barbosa - Deputada

(Às 18 horas e 26 minutos é aberta a Sessão)

PARLAMENTARES PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Adriano Boiadeiro (PRP), Ana da 8 (PT do B), Cláudio Carvalho (PT), Edson Martins (PMDB), Epifânia Barbosa (PT), Euclides Maciel (PSDB), Flávio Lemos (PR), Hermínio Coelho (PSD), Jaques Testoni (PSD), Kaká Mendonça (PTB), Lebrão (PTN), Luiz Cláudio (PTN), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Marcos Donadon (PMDB), Maurão de Carvalho (PP), Neodi (PSDC), Ribamar Araujo (PT), Saulo Moreira (PDT), Valdivino Tucura (PRP) e Zequinha Araujo (PMDB).

PARLAMENTARES AUSENTES: Glaucione (PSDC) e Jean Oliveira (PSDB).

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus em nome do povo rondoniense declaro aberta a 10ª Sessão Extraordinária da 8ª Legislatura. Solicito a nossa Secretária Epifânia proceder à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Secretária ad hoc) – Solicito a dispensa da leitura da Ata Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, e determino a sua publicação no Diário da Assembleia Legislativa. Passemos à Ordem do Dia. Solicito a nossa Secretária fazer à leitura das Matérias a serem apreciadas.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Secretária ad hoc) – PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 018/13 – Altera a redação do §3º, do artigo 161, da Constituição Estadual, acrescenta dispositivo as Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Com Substitutivo, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O Projeto já encontra com Parecer das Comissões, com Substitutivo. Em primeira discussão e votação, Projeto de lei Complementar nº 018/13, Proposta de Emenda Constitucional, que altera a redação do §3º, do artigo 161, da Constituição Estadual, acrescenta dispositivo às Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Peço ao nosso Deputado Luiz Cláudio dar o Parecer, não, já tem o Parecer pelas comissões. Em discussão e votação. A votação é nominal, são 16 votos favoráveis. O painel está à disposição dos Senhores Deputados.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Adriano Boiadeiro	- sim
- Deputada Ana da Oito	- sim
- Deputado Cláudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jaques Testoni	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Marcos Donadon	- sim

- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Neodi	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

Projeto aprovado com 21 votos favoráveis. Vai à segunda discussão e votação.

Esse Projeto é um pouco polêmico e o que ocorre? É importante. Vou pedir para o nosso líder, Vossa Excelência quer articular a base? Qual é a questão, Deputado Luiz Cláudio, que é um grande defensor dos nossos servidores, principalmente da EMATER? Qual é a nossa preocupação, Deputado Neodi? Vamos ficar atentos para eu passar a minha preocupação. Eu quero colocar uma situação aqui, é com relação ao interstício, Deputado Neodi. Projeto de Emenda Constitucional é importante que nós obedecemos ao interstício de dez dias, até porque esse Projeto, o fato dele ser polêmico alguém pode questionar na Justiça. E isso pode ser um motivo para eles alegarem que o Projeto foi votado de forma, foi atropelado o interstício. Eu acho que quando os Projetos não são polêmicos tudo bem, porque ninguém vai questionar, mas neste caso, Deputado Cláudio Carvalho... não tem problema nenhum, a maioria, ninguém é contra, e daqui a dez dias nós votamos em segunda votação. São 24 horas, porque na Câmara de Vereadores são dez dias.

O SR. NEODI – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Neodi.

O SR. NEODI – Na verdade, durante a votação na Comissão de Constituição e Justiça, esse Projeto não vai para a Comissão de Finanças e Orçamento, eu participei como suplente. Aí eu levantei uma situação, minha preocupação era de estar aprovando um Projeto que trouxesse prejuízo futuro para os servidores. Mas no momento estava presente o Procurador, fez toda uma explanação, e eu entendo o seguinte: hoje, da forma que está, se nós não votarmos esse Projeto o quanto mais rápido possível, nós vamos acabar prejudicando, Deputada Epifânia, a EMATER. Nós sabemos a importância da EMATER, é um órgão que realmente trabalha direto com o produtor rural, trabalha direto com o setor produtivo do nosso Estado. E a questão do interstício, Senhor Presidente, na verdade a Casa, nós temos um Regimento Interno, nós temos uma Constituição Estadual e o Regimento Interno é claro. Se nós votarmos a quebra de interstício antes de votar o Projeto, ninguém pode questionar. Então não tem nenhum problema, Senhor Presidente, de questionamento. Ninguém vai poder questionar. Digamos, a maioria dos Deputados, Vossa Excelência também votou, nós temos 19 votos favoráveis ao Projeto, Vossa Excelência ainda não votou, mas disse que vai votar, então, 20 votos favoráveis, se nós votarmos antes do encerramento da Sessão, a quebra de interstício, eu não vejo nenhum problema, não haverá questionamento e qualquer questionamento que venha ser levantado contra isso será derrubado porque nós estamos respeitando o Regimento, estamos votando a quebra

de interstício. Então eu pediria que só observasse a quebra de *interstício*.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Neodi, eu retiro tudo que eu falei. Retiro tudo que eu falei. Disse que não existe em canto nenhum, se não existe, então, meu amigo, não precisa de interstício. O interstício quem faz somos nós, pode ser com um minuto. Porque disse que estava no Regimento, tiraram do Regimento, então, por que tem que ser amanhã? Vamos votar hoje. Então, se foi tirado não tem, porque me orientaram assim, mas nós vamos votar junto com todos os Projetos na segunda votação.

Deputado Cláudio, na Câmara Municipal são dez dias o interstício.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Senhor Presidente, pela Ordem, permita-me?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Cláudio.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Esse Projeto foi bastante discutido nas Comissões, hoje, e ele visa corrigir uma situação da EMATER, muito antiga. No entanto eu sei que quando chegam as coisas aqui, eu tenho percebido que é para a gente consertar o que está errado bastante tempo. Tem problemas futuros, mas não tinha como não votar favorável para salvar a pele de vários servidores. No entanto, tem alguns problemas administrativos que nós discordamos, mas no total, eu votei favorável, mas tem problema de nepotismo, tem vários problemas ali na EMATER que a gente sabe de pessoas que foram contratadas há menos de um ano e nós colocamos todos nessa condição, mas eu votei favorável porque não tinha outro meio, mesmo sabendo que essa medida vai ser, provavelmente, questionada na Justiça.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO – Na verdade o Deputado Cláudio Carvalho pensa e com muita razão, não quer dizer que não pode demitir, se existir a questão de nepotismo, automaticamente sofre um processo administrativo e a pessoa é demitida. Agora, o que nós não podemos é deixar de assegurar o direito daqueles que realmente exercem a função na EMATER e que infelizmente, hoje, estão aí, se nós não aprovamos esse Projeto, em condição de serem demitidos. E nós vamos perder o quê? Perder esses profissionais que já escreveram a história nos anais da EMATER e dar oportunidade para entrar as pessoas que se formam agora, competir dentro de um concurso público e aqueles que têm conhecimento técnico e prático certamente ficariam prejudicados. É isso que nós não queríamos que acontecesse e é por isso que esse Projeto está sendo aprovado com a maioria dos votos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Fica difícil também nós falarmos, eu não tenho como falar nada contra o

trabalhador. Agora, de qualquer forma também eu vejo alguns casos, o cara com um ano, eu sei os trabalhadores que produzem, são dedicados à EMATER, o que são a maioria, mas tem uns lá por indicação política, tem uns parasitas e estão sendo beneficiados junto com os trabalhadores que tocam para a EMATER. Aí é como falei. Eu estava até pensando, vamos fazer uma lei aqui para o Deputado ser vitalício, para o resto da vida, nem ter mais eleição, porque de qualquer maneira a gente tem... Porque muitas vezes é para o bem do próprio Estado e da própria EMATER. A coisa desordenada uma hora vai, como o nosso Estado está hoje, Deputado Luizinho, o nosso Estado está uma desordem geral. E a tendência é piorar do jeito que esse povo está tocando o Estado.

Cumprimentar o nosso Vereador Dindin, da Câmara de Porto Velho e o nosso representante da região do distrito de União Bandeirante.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Zequinha.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO – Eu só quero coadunar com os companheiros. Veja qual é o órgão público que não tem problemas? Se tiver, me fale qual é, qualquer um de nós. Todos têm. Agora, o que nós estamos vendo, na questão da EMATER, é que nós queremos, além de segurar e assegurar o servidor, segurar também as pessoas que têm qualificação, que já vivem uma vida na EMATER – Rondônia fazendo o seu trabalho como extensionista. Então é aproveitar o que realmente há de bom na EMATER, que é, sobretudo a profissionalização dessas pessoas no dia a dia. Obrigado, Presidente.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Secretária ad hoc) - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 081/2012, PODER EXECUTIVO, que institui a política Estadual de Apoio ao Associativismo, Cooperativismo, Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável – POLESOL, e revoga a Lei nº 1.462, de 11 de abril de 2005.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, com substitutivo e emenda modificativa ao substitutivo. É uma confusão danada. Solicito ao nosso Presidente Luizinho Goebel, dar o Parecer pela Comissão de Constituição e Justiça.

C:

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Projeto de Lei Complementar 081/2012, de autoria do Poder Executivo, que aportou nesta Casa sob a Mensagem 175, que institui a política Estadual de Apoio ao Associativismo, Cooperativismo, Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável – POLESOL e revoga a Lei 1.462, de 11.04.2005. Aqui está sendo apresentada uma Emenda Modificativa do Substitutivo. Portanto, pelas comissões pertinentes somos de Parecer favorável a aprovação da Matéria, com o Substitutivo e a Emenda Modificativa.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Parecer favorável do nosso Presidente da Comissão de

Constituição e Justiça Luizinho Goebel. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis a aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação, Projeto de Lei Complementar 081/12, do Poder Executivo.

Votação nominal. O painel já está à disposição.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Adriano Boiadeiro	- sim
- Deputada Ana da Oito	- abstenção
- Deputado Cláudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- abst. reg.
- Deputado Jaques Testoni	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Marcos Donadon	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Neodi	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

Com 18 votos favoráveis, 01 abstenção regimental e 01 abstenção, está aprovado.

Vai à segunda discussão e votação.

Próxima Matéria.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Secretária ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 118/2013, que cria Cargo de Direção Superior de Assessor Especial – SINIAV na estrutura do DETRAN/RO e dá outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O Sindicato esteve aqui conosco e pediu para que suprimíssemos o Artigo 37, mas depois os Procuradores do DETRAN estiveram aqui e estiveram explicando e não tem muito sentido, até pedi para os nossos companheiros do Sindicato do DETRAN... eu os conheci, parecem ser pessoas muito boas. Desejo muito sucesso para eles na condução da defesa dos trabalhadores do DETRAN e podem contar com o apoio da Assembleia para tudo, mas o que eles pediram eu achei um pouco sem lógica. É porque neste Projeto os Procuradores passariam a receber também um benefício que todos os funcionários do DETRAN recebem, parece que tem uma gratificação de R\$1.400,00 (um mil e

quatrocentos reais) e todos os servidores do DETRAN recebem, qual é o problema dos Procuradores também ter esse benefício?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Será que não seria melhor estudar mais esse Projeto? Eu gostaria de pedir vista, deixar para a próxima semana para votarmos. Eu acho que esse Projeto, o sindicato me colocou uma situação e agora aqui vários Deputados colocaram outra situação. Eu acho que a questão de atrasar uns dias a votação, eu não creio que vai prejudicar ninguém. A folha de pagamento do DETRAN não vai ser fechada agora esta semana, então não vai prejudicar. Acho que deve se esclarecer melhor, tirar a dúvida entre o sindicato e os Procuradores que estão defendendo, claro, interesse deles. Ninguém é contra, mas acho que é importante ser discutido melhor. Então eu gostaria de pedir vistas desse Projeto.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Só a título de esclarecimento Deputado Follador. Na realidade nós não estamos fazendo nada mais do que atendendo uma solicitação de um Projeto do Poder Executivo onde estaremos contemplando nossos Procuradores do DETRAN, equiparando a sua remuneração com a mesma dos Procuradores do Estado e dos Auditores Fiscais. Então, se é uma proposta do Executivo, o Executivo tem essa condição e nós estamos beneficiando uma categoria, eu até entendo que não prejudicaria em nada essa votação no dia de hoje, até porque nós não estamos tirando direito de nenhum servidor, pelo contrário estamos contemplando servidores dentro de uma propositura do próprio Poder Executivo que é quem encaminhou essa mensagem, tendo assim, condições para que possa fazer esse ressarcimento aos nossos procuradores.

SS:

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – A questão é a seguinte: Todos os servidores do DETRAN recebem a gratificação de R\$1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) e os dezessete Procuradores do DETRAN não recebem esse benefício, eu acho até uma coisa esquisita, esse Projeto simplesmente corrige, porque eles são servidores, os procuradores são trabalhadores iguais os outros. O sindicato veio falar a questão de impacto, porque não discutiu, mas é muito fácil, são dezessete trabalhadores, um mil e quatrocentos reais, dá o que? Vinte e poucos mil reais é o impacto. Eu acredito que isso não vai quebrar nada. Eu peço para o sindicato, o sindicato do DETRAN tem que estar bem próximo, junto com os procuradores, são todos servidores do DETRAN, para estar todo mundo no mesmo barco, todo mundo trabalhar em prol do Estado, isso não leva a nada e eu tenho certeza que, eles me pediram até... já estava pronta a emenda que excluía do Projeto, onde daria esse benefício para os procuradores, e eu mudei de ideia, ouvi os procuradores, não tive oportunidade de falar com o Presidente, mas o Cícero já conversou com ele e a gente acertou que não íamos apresentar emenda. E não cabe

mais vista, Deputado Adelino, o Projeto já passou pelas Comissões e não cabe vista mais no Plenário. O Projeto já passou pelas Comissões e não cabe mais vista.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Cabe sim, é regimental.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pelo menos a orientação que eu tenho do Legislativo aqui é que não cabe.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Gostaria de protestar. É o seguinte: nesta casa existe uma tradição de ouvir os sindicatos sim, todos os projetos, foram ouvidos os sindicatos e eu quero aqui deixar o meu protesto, se não tiver direito a vista eu quero recorrer depois, mas eu quero dizer que nesta Casa é a primeira vez que o sindicato não é ouvido. Acho que tem que ter respeito com todos os sindicatos da mesma maneira que houve com os outros, então o debate ali, nós não estamos dizendo que somos contra, mas eu acho que o Sindicato trouxe uma preocupação e é justo, e nesta Casa jamais, Presidente Hermínio, eu vi V. Ex^a. votar sem ouvir o sindicato, sem ouvir as categorias, seja da educação, seja do DETRAN, seja em qualquer lugar, inclusive do DETRAN, em outras, agora por que não pode dar vista só para este caso em especial? Só por que os Procuradores são os que ganham pouco? Então eu gostaria, não sou contra ninguém, mas é um direito que eu tenho de pedir vista, e eu não concordo porque está sendo discriminado. Esse Projeto entrou esta semana, então porque esta pressa de votar? Por que não pode esperar até a semana que vem, já que a folha não vai fechar esta semana?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Adelino, não tem emenda, como não tem emenda não cabe vista mais no Plenário e nós vamos votar o Projeto hoje, até porque ele não prejudica o trabalhador, ele está corrigindo a situação de dezessete trabalhadores, não está tirando nada de ninguém. O Sindicato esteve aqui e eu atendi muito bem e eu vou atender a hora que eles quiserem, estou junto com eles.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu não acredito que o Sindicato.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O Sindicato esteve aqui, e eu atendi eles muito bem, e vou atender a hora que eles quiserem, e estou junto com eles. Inclusive ele chegou só com uma preocupação, dizendo: Deputado Hermínio, porque muitas vezes quando eles vão dar qualquer coisa para a gente, eles falam em cálculos, impacto e tal. E no caso dos procuradores, eles não estão fazendo conta, é simples, não precisa fazer conta. São vinte e poucos mil reais, isso não vai quebrar ninguém, isso não vai atrapalhar ninguém. O que o nosso Sindicato tem que lutar é por mais, inclusive junto com os Procuradores, ter os Procuradores como parceiros na luta para melhorar cada vez mais a situação dos trabalhadores do DETRAN. Eu fui sindicalista quatro mandatos, tudo que eu conseguia lá tinha um chefe da empresa que às vezes eu tinha a maior raiva dele, mas tudo que eu conseguia para o trabalhador, eles ganhavam também, o gerente da empresa ganhava a mesma coisa, não era Deputado Cláudio, porque é da categoria todos tem que, tudo que é conquistado para um tem que ser para todos, não pode ter essa...

O SR. KAKÁ MENDONÇA- Uma Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Primeiro, quero dizer o seguinte: na verdade é a primeira vez que eu vejo um Sindicato vir aqui para defender, pedir para não votar Projeto que vem ao encontro com os trabalhadores, que para mim, trabalhares é do vigia ao teto máximo de qualquer órgão do Estado. Segundo, dizer que Vossa Excelência está de parabéns porque ouviu o Sindicato, fez uma emenda para suprimir e ouviu os Procuradores e usou o bom senso, porque dezoitos Procuradores beneficiados com uma gratificação que os demais servidores do órgão tem, não vai prejudicar, o impacto é muito pequeno para o DETRAN que é um órgão arrecadador e forte do Governo. Eu defendo e tenho procurado, já fiz discurso aqui nessa Casa. O que acontece hoje? Na verdade eu defendo que todos os Procuradores não é do DETRAN não, todos os Procuradores do Estado têm que ter o salário equiparado realmente, tem que ganhar bem, e eu vou dar um exemplo, eu vou dar um exemplo, porquê. O Estado lá no DER quando não tinha Procurador no DER... o Estado paga, hoje, milhões e milhões de ações porque não tinha quem defendessem os interesses do DER em qualquer ação que tinha, aí vai lá o Estado, faz um concurso Deputado Neodi, tinha seis Procuradores concursados no Estado recebendo um salário que não condiz com a realidade do concurso que ele prestou que é para defender os interesses do Estado. E aí eu lembro que começou e muitos desses Procuradores falaram para mim assim: Deputado, a partir do momento que eu estiver ganhando um salário compatível e digno com a função que eu exerço, eu não vou me preocupar para fazer concurso, o que acontece? Dos seis Procuradores que passaram lá, quatro, um virou Promotor, um virou Juiz outro virou Promotor no Amapá, enfim, usa dessa função um trampolim, você entendeu, e o Estado acaba perdendo com esses bons profissionais. Então tudo não é para Procurador, tudo que nós colocarmos para melhorar e dá um salário digno é independente... um cidadão que hoje é Procurador não foi de graça que ele virou Procurador, porque se fosse fácil ser Procurador do DETRAN, ou de qualquer órgão, se encontrava em toda a esquina. Então ele tem uma dedicação de estudo, ele tem uma formação, ele tem um preparo. Portanto tudo que colocarmos para melhorar a condição deles e dos demais também, eu acho que é justo. Então é um Projeto que vem de iniciativa do governo, não tem impacto nenhum e está comparando.

Eu fico às vezes aborrecido quando eu vejo... eu tenho que melhorar a minha vida e procurar que a do meu vizinho seja melhor do que a minha, não é eu ficar com picuinhas isso é muito ruim, fico muito triste com isso. Mas parablenizo Vossa Excelência, e o que for regimental aqui tem que ser cumprido como disse, eu sempre brigo aqui porque as coisas... o que cabe visto tem que ser respeitado o regimento o que não cabe... eu não sei como é que está esse Projeto, se não tem emendas e já tem parecer. Mas eu parablenizo Vossa Excelência.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, uma Questão de Ordem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Pois não Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Parece que eu sou contra ao aumento, não sou não, eu acho que todo mundo tem que ganhar melhor. Mas eu quero pedir adiamento de três Sessões porque eu tenho direito dessa Matéria e nós vamos analisar juntos para ver o que podemos discutir. Nunca fui contra, agora eu gostaria de dizer que é regimental, pedir adiamento de três Sessões é um direito que eu tenho e nós vamos, ninguém está dizendo que é contra alguém receber. O Deputado Kaká, está falando aqui, dizendo que eu sou contra, não. Eu recebi esse Projeto hoje, discuti e recebi o Sindicato que pediu e eu assumi um compromisso com eles de defender eles, por isso estou fazendo o meu papel nesta Casa e eu quero que os Procuradores e o Sindicato se juntem para discutirmos e a gente devolve esse Projeto se for possível até antes das três Sessões. Mas eu estou pedindo por escrito, Presidente, o adiamento de três Sessões para esse Projeto. Obrigado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Senhor Presidente, uma Questão de Ordem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Salutar o pedido do Deputado Adelino Follador, é legal, mas eu gostaria de fazer um requerimento, que Vossa Excelência submetesse a Plenário.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu vou colocar porque o regimento está dizendo que eu tenho que submeter ao Plenário.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Então submete ao Plenário?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu vou submeter ao Plenário. Deputado Cláudio, esse nosso regimento, nós temos que mudar muita coisa nesse regimento, um dia ele é uma coisa outro dia ele é outra, nunca vi, isso é pior que camaleão todo dia... esse não tem.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Sr. Presidente, uma Questão de Ordem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Sr. Presidente, nobres Deputados, se está todo dia mudando sem a gente mudar, tem alguma coisa errada, parece que é a interpretação.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, o problema que todo dia, aqui tem um monte de advogados que um dia interpretam de um jeito, outro dia...

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Está OK.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu acho que é conforme a ocasião.

ão:

O SR. CLÁUDIO CARVALHO - Uma Questão de Ordem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Sr. Presidente, eu fui o relator na Comissão Administrativa desse Projeto, ele trata de dois véis, na realidade o título do Projeto é a criação de um cargo comissionado com CDS 18 que nem foi falado aqui, então o principal é criar um cargo de direção na direção da Diretoria Geral do DETRAN com CDS 18. Quanto essa questão de pedir para suprimir o parágrafo 3º... por que o Deputado Adelino, fala que não foi ouvido o Sindicato? Porque o que o Sindicato quer é que tirem os Procuradores de receber isso aí. Então o Sindicato não vai perder nada se deixar do jeito que está, se não atrapalhar eles, porque retirar? Então eu acho que é até pelo princípio da isonomia, se tem direito tantos funcionários, só dezessete que não tem, eu não vejo prejuízo com isso, eu acho que se for para discutir a criação do cargo do CDS 18 tudo bem, até que merece uma discussão.

O SR. HERMÍNIO COELHO (PRESIDENTE) – E isso o Sindicato é favorável, o Sindicato falou que é favorável ao cargo, não tem problema nenhum.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Exatamente, porque se merece uma discussão maior é na criação desse cargo e não na questão de atender com essa gratificação que já é de costume no quadro para quase todos, faltando apenas dezessete. Então eu vejo, com todo respeito ao companheiro Deputado Adelino, eu não vejo prejuízo de aprovar isso.

No mais gostaria de cumprimentar Dona Dinorá, e o Cascavel lá de Extrema, do Hotel Cascavel, prazer ter vocês aqui.

Não tenho motivo para defender esse governo, mas nesse caso, votarei favorável.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – É porque esse Projeto não é do governo, esse Projeto é dos trabalhadores. Não, é do Executivo, mas ele, porque tem que vir dele. Projeto é Projeto. Eu queria dizer para o Deputado Adelino, que só queria colocar para o nosso companheiro Deputado Adelino, de vez enquanto ele fica... O Deputado Adelino é um dos Deputados que eu tenho um respeito muito grande, por todos os Deputados, mas aqui o Deputado Adelino, até pela idade porque é um dos mais velhos. Vou colocar em votação o Requerimento do Deputado Adelino, ele está pedindo o adiamento por três Sessões. Tem esse Requerimento do meu companheiro Deputado Adelino e o Regimento, pelo menos agora eu li, diz que a gente tem que por...

O SR. FLÁVIO LEMOS – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. FLÁVIO LEMOS – Presidente, mas esse é o 1º Regimento ou o 2º? Porque tem dois, não é? para o Presidente...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, só tem um, mas é complicado...

O SR. FLÁVIO LEMOS – Mas a interpretação é dúbia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Nós temos que simplificar ele, é tão fácil nós simplificarmos, até para agilizar, facilitar o trabalho nosso. Então, vou colocar em votação o Requerimento do Deputado Adelino, que ele está pedindo o adiamento por três Sessões.

Os Deputados que forem favoráveis ao pedido do Deputado Adelino, permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Os que acatam fiquem sentados.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Presidente, já foi votado, e com certeza foi aprovado, já foi votado, a maioria estava sentado.

O SR. FLÁVIO LEMOS – Presidente, Questão de Ordem. Eu acho que tem ser colocado de maneira correta...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Os Deputados que forem favoráveis ao pedido do Deputado Adelino, permaneçam como se encontram, sentados.
Está rejeitado o Requerimento.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Espero que todas às vezes agora, o Deputado Hermínio coloque em votação todos os Requerimentos, todas às vezes que for pedido adiamento, que sejam colocados em votação, como foi...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu já cheguei a colocar e disseram que eu não podia colocar, hoje já pode. É por isso que eu digo, esse trem...

O SR. FLÁVIO LEMOS – Presidente, Questão de Ordem? Eu acho que não é Deputado Adelino Moura mais não.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Adelino, porque quando é do Deputado Neodi, por exemplo, pode, sendo do Deputado Adelino não pode.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Fica registrado, hoje está registrado aqui, eu não sou contra o Procurador receber. Houve um questionamento e eu assumi um compromisso com o Sindicato de defender eles e eu pedi para que fosse adiado. Então, é um direito que eu tinha e fiz essa defesa e eu estou com a consciência tranquila. Cumprir o que eu prometi para o Sindicato.
Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, eu mandei o Cícero avisar que eu tinha falado da Emenda, mas eu conversei. Não tem necessidade, não tem lógica isso.

O SR. VALDIVINO TUCURA – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. VALDIVINO TUCURA - Vamos ver se discutimos menos esse Projeto, porque já foi discutido nas Comissões, foi discutido, eu tenho médico oito horas, e nessa hora eu vou embora e depois não digam que o Deputado Tucura atrapalhou a votação, porque já foi discutido, e vamos ficar até amanhã discutindo isso aí? Se o cara tem dúvida, discute nas Comissões, para isso tem Comissões.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Tucura, eu também até que...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Esta Casa é para discutir mesmo, Deputado Tucura, esta Casa é para discutir, este aqui é o Plenário...

O SR. VALDIVINO TUCURA – Mas tem horário para discutir, ficar aqui duas horas. Esta Sessão foi aberta três horas da tarde, nós vamos amanhecer o dia aqui?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Estamos trabalhando só na terça-feira, terça-feira tem que ficar disponível...

O SR. VALDIVINO TUCURA – Não, não, tudo tem limite...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Só dois dias por semana trabalhando...

O SR. VALDIVINO TUCURA – Para tudo tem limite, esta Casa não é de um Deputado, é de todos, tem que respeitar...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O Projeto tem Parecer, que é pela aprovação do Projeto.
A votação é nominal do Projeto de Lei Complementar nº 118/13. Precisamos de 13 votos favoráveis para o Projeto.
Em primeira discussão e votação.
O painel já está à disposição.
Votação nominal.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Adriano Boiadeiro	- sim
- Deputada Ana da Oito	- ausente
- Deputado Cláudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputada Epifânia Barbosa	- ausente
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- abs. reg.
- Deputado Jacques Testoni	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Marcos Donadon	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim

- Deputado Neodi	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

Votação encerrada.

Com 18 votos favoráveis, uma abstenção regimental, está aprovado.

Vai à segunda discussão e votação.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 595/12 DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA - Proíbe a cobrança de tarifa de água no valor do consumo mínimo multiplicado pelo número de economias existentes no imóvel, quando houver único hidrômetro no local.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta Parecer das Comissões. Peço ao Deputado Edson Martins dar o Parecer pelas Comissões.

O SR. EDSON MARTINS – Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Lei 595/12, autor Deputado Jean Oliveira e pela constitucionalidade e legalidade, o Parecer é favorável pela aprovação, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O Parecer é favorável pela aprovação do Projeto.
Em discussão.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 709/12 DA DEPUTADA GLAUCIONE - Declara de Utilidade Pública Associação dos Kartistas de Rolim de Moura – RMKART com sede no município de Rolim de Moura.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O Projeto já tem o Parecer das Comissões.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 709/12, da Deputada Glaucione.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 746/13 DO DEPUTADO EUCLIDES MACIEL - Declara de Utilidade Pública a Associação de Artes Marciais e a Atividades Físicas – IMPACTO.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Projeto 746/13 do Deputado Euclides Maciel. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.
Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.
Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 752/13 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM 010 - Autoriza o Poder Executivo a transferir ao município de Costa Marques, mediante doação, edificações pertencentes ao Estado de Rondônia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em primeira discussão e votação Projeto de Lei 752/13 do Poder Executivo. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.
Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.
Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI Nº 753/13, MENSAGEM 016 DO PODER EXECUTIVO - Autoriza o Poder Executivo a transferir ao município de Vilhena, mediante doação, edificações pertencentes ao Estado de Rondônia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente)- Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 753/13, do Poder Executivo.
Encerrada a discussão passemos à votação.
Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.
Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.
Quero registrar a presença do Senhor Marcelo Henrique, Presidente do IDARON. Obrigado, Marcelo, pela presença.
Próxima Matéria Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI Nº 764/13, MENSAGEM 027, DO PODER EXECUTIVO - Autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante doação, as edificações pertencentes ao Estado de Rondônia ao município de Vilhena.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente)- Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 764/13, do Poder Executivo.
Encerrada a discussão, passemos à votação.
Os Deputados favoráveis à aprovação do Projeto permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.
Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.
Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 765/13, MENSAGEM 028 DO PODER EXECUTIVO - Autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante doação, as edificações pertencentes ao Estado de Rondônia ao município de Vilhena.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente)- Em primeira discussão e votação Projeto de Lei nº 765/13, do Poder Executivo.
Encerrada a discussão, passemos à votação.

Os Deputados favoráveis à aprovação do Projeto permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.
Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.
Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 766/13, MENSAGEM 029 DO PODER EXECUTIVO - Autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante doação, as edificações pertencentes ao Estado de Rondônia, realizadas nas instalações do Posto de Saúde Sandoval Meira, no município de Guajará-mirim.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente)- Em primeira discussão e votação Projeto de Lei nº 766/13 do Poder Executivo.
Encerrada a discussão, passemos à votação.
Os Deputados favoráveis à aprovação do Projeto permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.
Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.
Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 768/13 DO DEPUTADO LEBRÃO - Declara de utilidade pública a Associação Esportiva Serra Dourada, Linha 94, km 04 Lado Sul, no município de São Miguel do Guaporé/RO.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente)- Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 768/13 do Deputado Lebrão.
Encerrada a discussão, passemos à votação.
Os Deputados favoráveis à aprovação do Projeto permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.
Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.
Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 769/13 DO DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO - Declara de utilidade pública a entidade Fundação de Apoio a Pesquisa Científica, Educacional e Tecnológico de Rondônia, denominada de Instituto de Pesquisa de Rondônia – IPRO, com sede na cidade de Porto Velho.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente)- Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 769/13, do Deputado Luiz Cláudio.
Encerrada a discussão, passemos à votação.
Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.
Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.
Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 770/13 DO DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO - Declara de utilidade pública a entidade Associação de Desenvolvimento Agrícola e Ambiental de Produtores Rurais da Linha 04 e Entorno – ASPROL-4, com sede na cidade de Porto Velho.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente)- Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 770 /13, do Deputado Luiz Cláudio.

Encerrada a discussão, passemos à votação.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 785/13, MENSAGEM 032 DO PODER EXECUTIVO - Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro até o montante de R\$820.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar – FUNESBOM.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente)- Em discussão e votação Projeto de Lei nº 785/13 do Poder Executivo.

Encerrada a discussão, passemos à votação.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 787/13, MENSAGEM 034 DO PODER EXECUTIVO - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação até o montante de R\$15.040.500,00, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar – FUNESBOM.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente)- Em discussão e votação Projeto de Lei nº 787/13 do Poder Executivo.

Encerrada a discussão, passemos à votação.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 812/13, MENSAGEM 067 DO PODER EXECUTIVO - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$548.638,49, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente)- Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 812/13 do Poder Executivo.

Encerrada a discussão, passemos à votação.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 853/13, MENSAGEM 091 DO PODER EXECUTIVO - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$14.470.582,14 em favor da Unidade

Orçamentária Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RO.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente)- O Projeto está sem o Parecer. Falta o Parecer da Comissão de Justiça e da Comissão de Finanças e Orçamento.

Solicito ao Deputado Euclides para dar o Parecer.

O SR. EUCLIDES MACIEL – O Projeto de Lei Nº 853/13, Mensagem 091 do Poder Executivo está autorizando o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, e o nosso Parecer é favorável, pela legalidade do Projeto, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Parecer favorável do Deputado Euclides Maciel.

Encerrada a discussão, passemos à votação.

Os Deputados favoráveis à aprovação do Parecer permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto. Encerrada a discussão, passemos à votação.

Os Deputados favoráveis à aprovação do Projeto permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 842/13, MENSAGEM 075 DO PODER EXECUTIVO - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação até o montante de R\$3.776.900,00, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária – SEAGRI.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Em discussão e votação Projeto de Lei nº 842/13 do Poder Executivo. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 758/13, MENSAGEM 021 DO PODER EXECUTIVO - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional por excesso de arrecadação até o montante de R\$150.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento da Polícia Militar do Estado – FUNRESPOM.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - O governo chegou a tirar dinheiro desse Fundo e agora deve estar devolvendo um pouco, está autorizando uma transferência de R\$150.000,00. O Projeto já tem Parecer das Comissões.

Em discussão. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 810/13, MENSAGEM 065 DO PODER EXECUTIVO - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$2.088.952,00, em favor da Unidade Orçamentária Fundo de Investimento de Apoio ao Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira do Estado de Rondônia – FUNDO PROLEITE.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Em discussão o Projeto de Lei nº 810/13 do Poder Executivo. Os Deputados favoráveis a aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 834/13, MENSAGEM 064 DO PODER EXECUTIVO - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar até o montante de R\$1.258.240,48, em favor da Unidade Orçamentária Procuradoria Geral do Estado - PGE.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O Projeto se encontra com o Parecer favorável. Em discussão o Projeto de Lei nº 834/13.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

O SR. EDSON MARTINS – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, meu líder.

O SR. EDSON MARTINS – Eu apresentei um Projeto de Lei Complementar, na semana passada, esse Projeto visa unicamente suspender as cobranças dos servidores do Executivo, civil e militar, operação de crédito contraído junto ao Banco Cruzeiro do Sul. Esse Banco se encontra sob intervenção, Presidente, acusado de diversos crimes financeiros, inclusive, lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta. E eu percebi, Presidente, que esse Banco realmente estava metendo a mão nos salários dos servidores, tirando o pão da mesa dos filhos de muitos servidores e cobrando uma taxa de juros arbitrárias de 4,5% ao mês. Eu acho inadmissível que um servidor contraia um empréstimo e pague um juro exorbitante como esse. Então, Presidente, eu gostaria... precisei sair, estava acompanhando o Prefeito Armando juntamente com o Deputado Lebrão e o Deputado Maurão, fomos falar com o Governador e não foi possível, hoje, votar esse Projeto. Eu gostaria que amanhã, se possível, este Projeto entre em pauta, porque ele vai, realmente, beneficiar estes servidores suspendendo esses pagamentos ao Banco Cruzeiro do Sul, que está sob intervenção, até que possa renegociar uma nova taxa de juro. Inclusive eu fui procurado esta semana pelo Superintendente do Banco do Brasil, o Edvaldo, ele disse que o próprio Banco do Brasil tem interesse em comprar essa dívida e negociar com uma taxa muito mais

accessível do que a taxa, hoje praticada pelo Banco Cruzeiro do Sul. Ele metia a mão neste dinheiro e mandava para outro Estado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Edson, Vossa Excelência falou com o Governador sobre esse Projeto? Porque eu tenho informação que o Banco não recebe há muito tempo, que o governo não repassa, quem está ficando com o dinheiro é o governo. Desconta dos trabalhadores e não repassa para o Banco.

O SR. EDSON MARTINS – A informação que eu tenho é de que os servidores que me procuraram...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu acho que o governo não vai aceitar, porque isso é um meiozinho de se conseguir verbas para ajudar a cobrir os rombos.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, mas eu acho que nós temos que atuar em defesa do nosso povo, as pessoas que nos procuraram são pessoas assalariadas, pessoas sofridas. Então, pelo sim ou pelo não, se está repassando ou não...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – É de Vossa autoria, o Projeto?

O SR. EDSON MARTINS – Sim, é um Projeto de nossa autoria.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Vossa Excelência já sabe o resultado, ele vai vir inconstitucional. Deputado não pode fazer Projeto que beneficie o trabalhador. Vai ser vetado.

O SR. EDSON MARTINS – Mas eu gostaria que esse Projeto pudesse ser apreciado aqui nesta Casa e pudesse ser votado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, tranquilo. Aqui na Casa nós já fizemos, os servidores da Assembleia desde dezembro que não pagam, inclusive aqui tem, encabeçado pelo Deputado Maurão... Este povo, quando não é para pagar conta é uma maravilha, é uma alegria.

O SR. EDSON MARTINS – Quero contar, Senhor Presidente, com a sua sensibilidade sempre em defesa do servidor para que nós pudéssemos votar este Projeto e atuando em defesa dos nossos servidores públicos também do Executivo, da mesma forma que foi aprovado aqui dos servidores do Legislativo.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu, para falar a verdade, tenho o maior medo, Deputado Ribamar. Sabe por que, Deputado Ribamar? É que hoje eu posso pagar as parcelas e lá na frente eu sei lá se eu vou poder pagar. E eles vão ganhar na Justiça porque nós pegamos o dinheiro emprestado. Quando a gente vai lá pegar é uma maravilha, o Banco é uma beleza! Agora, na hora de pagar, o Banco não presta. Eu estou

fazendo... mandei o Banco do Brasil lá, o Paulinho, negociar com esse Banco para mim. Eu não quero ficar com essa... porque um dia nós vamos pagar e caro.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Pois não, Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Presidente, esses consignados são a maior roubalheira que se instalou neste país. É um monte de gente correndo atrás dos aposentados, empepinando eles para o resto da vida. Tem gente morrendo porque se assusta depois da besteira que fez. É a maior sacanagem que existe no País, todo mundo ganhando dinheiro em cima disso. Tem muitas agências, inclusive Casas Lotéricas que estão aí, empresas que abrem só para sacanear. Pessoas que andam na área rural convencendo os aposentados, assinam um documento, ele não sabe nem o que assinou e depois não consegue pagar. É a maior roubalheira que existe neste País, principalmente para com os idosos e aposentados.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Eu acho que o combinado não é caro e nem barato. Na hora de pegar a pessoa pega e depois não quer pagar. Eu até vou votar favorável, mas não tem nem um santinho, não. Se pegou é porque assinou que iria pagar. Então, se não paga agora, depois vai pagar muito mais caro. E o que o Deputado Adelino está falando aqui é verdade, os idosos fazem empréstimos. Mas só que quando fez, sabia que teria que pagar, e sabia qual que era a taxa. Quando eu pego, eu tenho que pagar, os outros têm que pagar também. Se pegou emprestado sabendo que era dez, que era cinco, que era dois, sabia que teria que pagar. Eu vou votar favorável, mas eu sei que eles vão ter que pagar no dia em que eles não tiverem a mínima condição, daí vem uma decisão judicial e vai obrigar eles a pagarem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - É isso aí. Mas isso, líder, Deputado Edson, é tranquilo, não tem problema nenhum, nós vamos votar. Agora, eles não vão aceitar, o governo não vai aceitar porque estão achando uma maravilha descontar e ficar com o dinheiro. Eles não repassam o dinheiro para o Banco, por isso não vão aceitar de jeito nenhum, mas vamos votar, vamos fazer o nosso papel aqui e se eles não acatarem é problema deles.
Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI Nº 754/13 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM Nº 017 - Autoriza o Poder Executivo a transferir ao município de Vilhena, mediante doação, edificações pertencentes ao Estado de Rondônia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - O Projeto está com os Pareceres, que é pela aprovação do Projeto nº 754/13 do Poder Executivo.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI Nº 738/13, MENSAGEM Nº 007 - Autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante doação, as edificações pertencentes ao Estado de Rondônia ao município de Vilhena.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Em votação o Projeto de Lei nº 738/13 que autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante doação, as edificações pertencentes ao Estado de Rondônia ao município de Vilhena.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI Nº 763/13, MENSAGEM Nº 026 DO PODER EXECUTIVO - Autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante doação, as edificações pertencentes ao Estado de Rondônia, realizadas no Ginásio de Esportes Gerivaldo José de Souza, no município de Ji-Paraná.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante doação, as edificações pertencentes ao Estado de Rondônia, realizadas no Ginásio de Esportes Gerivaldo José de Souza, no município de Ji-Paraná. Neste Projeto, o Estado está doando, mas não está dizendo para quem. Não vamos votar este Projeto, não. Vamos levantar para ver se realmente é para o município de Ji-Paraná e mandar explicitar se é para o município de Ji-Paraná, para a Prefeitura. Não está dizendo que é para a Prefeitura. Autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante doação, as edificações pertencentes ao Estado de Rondônia, realizadas no Ginásio de Esportes Gerivaldo José de Souza, no município de Ji-Paraná.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Pois não, Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Esse Projeto está dizendo aqui, que foi para o município de Ji-Paraná. Foi uma sugestão que houve da Comissão de Esportes, que sou Presidente, foi discutido, inclusive, o estádio aqui de Porto Velho também vai passar para o Prefeito. E esse Projeto aqui é para passar ao município de Ji-Paraná. Eu acho que deve ser votado hoje. O estádio tem muito mais condições de ser mantido, de fazer uma parceria, inclusive com o comércio local. O município tem mais condições de cuidar. Esses dias, estava sendo interditado só por causa de umas telhas que arrancou. Então, por isso é

que foi provocado esse Projeto junto ao Governo do Estado. Foi uma solicitação da Comissão de Esportes, e eu gostaria que fosse votado, hoje. É para o município de Ji-Paraná administrar o Estádio Biancão de Ji-Paraná.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente)- Tem uma vantagem, Deputado Flávio Lemos, se o Governo dá essas estruturas para os municípios, tirando o de Porto Velho, a administração aqui de Porto Velho é muito parecida com as das estradas, é uma imundície só, é uma sebozeira só. Mas a maioria dos municípios cuida bem, as escolas estão limpinhas, os postos de saúde... Você chega em Ouro Preto, por exemplo, na cidade do nosso colega Deputado Jaques, os prédios da Prefeitura, as escolas, os hospitais estão tudo bem cuidadinho. E o ginásio do Estado, meu amigo, é uma esculhambação, a cidade está toda arrumadinha e essa estrutura do Estado parece um lixão, parece um lixão a estrutura do ginásio de Ouro Preto. Vou aproveitar logo e passar aquilo ali lá para o Prefeito, Deputado Jaques, para ele cuidar, que está deixando a nossa cidade... só não é mais bonita porque o governo não cuida da área daquele Ginásio. Vossa Excelência viu lá, aquilo parece uma casa do espanto. É uma coisa feia. E é bom que ele aproveite também e já passe para a Prefeitura, para que a Prefeitura venha cuidar daquela estrutura do ginásio, que é uma área grande que tem lá, mas é um abandono danado.

O SR. NEODI – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente)- Pois não, Deputado Neodi.

O SR. NEODI – Este Projeto aqui, inclusive tramitou nas Comissões e nós fizemos uma reunião hoje, na Comissão de Finanças e Orçamento, e tem o Parecer, está tudo correto. Não tem nada errado neste Projeto.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente)- Está correto?

O SR. NEODI – Este Projeto aqui está, inclusive, tem o endereço, tem tudo aqui. Tem o pedido do Prefeito, tem o endereço aonde está localizado, que é para o município de Ji-Paraná.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente)- Sim, mas está dizendo explicitamente que é para a Prefeitura?

O SR. NEODI – É para o município de Ji-Paraná.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente)- Porque no de Vilhena está mais explícito, aqui não tem dúvida.

O SR. NEODI – É para o município de Ji-Paraná, atendendo ao pedido do Prefeito de Ji-Paraná.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente)- Esta falando aí, no Projeto? Na Lei?

O SR. NEODI – Exatamente. “Aos nobres Parlamentares, o Governo do Estado de Rondônia, reconhecendo o interesse público e atendendo ao pleito feito pelo Prefeito de Ji-Paraná/RO, manifesta seu interesse em doar a edificação no terreno que já pertence à Prefeitura, onde está localizado o Ginásio de Esportes”. O terreno já pertence à Prefeitura, então está dando a edificação.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente)- Só faltava isso, eles doarem o ginásio.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Foi provocado por esta Casa, mesmo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente)- Mas quem levantou esta questão aqui, foi meu Líder do PSDB, o meu companheiro Deputado Euclides que levantou esta preocupação. E isso, nós precisamos ter muito cuidado.

Então vamos votar agora o Projeto de Lei nº 763/13, que autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante doação, as edificações pertencentes ao Estado de Rondônia, realizadas no Ginásio de Esportes Genivaldo José de Souza, no município de Ji-Paraná.

Aqui não está dizendo, não está bem explícito.

Encerrada a discussão, em votação.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente)- Pois não, Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO – Agradeço e quero registrar a presença do nosso amigo lá de Seringueiras, Vereador João da SUCAM; Milton, parceiro do PPN, também lá de Seringueiras, e mais uma vez registrar e agradecer a presença do nosso Prefeito Armando.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO - Requer à Mesa, nos termos do § Único 199 do Regimento Interno, que seja dispensado interstício regimental, para apreciação em segunda discussão e votação dos Projetos: PEC nº 018/13, Lei Complementar nº 081/12, Lei Complementar nº 118/13, Projeto de Lei nº 595/12, Projeto de Lei nº 709/12, Projeto de Lei nº 746/13, Projeto de Lei nº 752/13, Projeto de Lei nº 753/13, Projeto de Lei nº 764/13, Projeto de Lei nº 765/13, Projeto de Lei nº 766/13, Projeto de Lei nº 768/13, Projeto de Lei nº 769/13, Projeto de Lei nº 770/13, Projeto de Lei nº 785/13, Projeto de Lei nº 787/13, Projeto de Lei nº 812/13, Projeto de Lei nº 812/13, Projeto de Lei nº 853/13, Projeto de Lei nº 842/13, Projeto de Lei nº 758/13, Projeto de Lei nº 810/13, Projeto de Lei nº 834/13, Projeto de

Lei nº 754/13, Projeto de Lei nº 763/13 e Projeto de Lei nº 738/13.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Requerimento do Deputado Lebrão. Não há Deputados para discutir, em votação.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Encerrada a Ordem do Dia, e nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para em seguida, com a finalidade de aprovar em segunda discussão e votação os Projetos aprovados nesta Sessão.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 37 minutos)

**ATA DA 11ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Em 23 de abril de 2013

Presidência do Sr.
Hermínio Coelho – Presidente

Secretariado pelo o Sr.
Lebrão – 1º Secretário

(Às 19 horas e 30 minutos é aberta a Sessão)

PARLAMENTARES PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Adriano Boiadeiro (PRP), Ana da 8 (PT do B), Cláudio Carvalho (PT), Edson Martins (PMDB), Euclides Maciel (PSDB), Flávio Lemos (PR), Hermínio Coelho (PSD), Jaques Testoni (PSD), Kaká Mendonça (PTB), Lebrão (PTN), Luiz Cláudio (PTN), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Neodi (PSDC), Ribamar Araujo (PT), Saulo Moreira (PDT), Valdivino Tucura (PRP) e Zequinha Araujo (PMDB).

PARLAMENTARES AUSENTES: Epifânia Barbosa (PT), Glaucione (PSDC) e Jean Oliveira (PSDB), Luizinho Goebel (PV), Marcos Donadon (PMDB).

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 11ª Sessão Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura, da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Solicito a dispensa da leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior e determino sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa.

Passemos à Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura das Matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 018/13 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM Nº 069 - Altera a redação do § 3º, do artigo 161, da Constituição Estadual, acrescenta dispositivo às Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Emenda Constitucional nº 018/13.

Em discussão. Não havendo Deputados para discutir, em votação.

A votação é nominal e o painel já está à disposição.

O Projeto precisa de 16 votos para aprovação da Matéria.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Adriano Boiadeiro	- sim
- Deputada Ana da Oito	- sim
- Deputado Claudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputada Epifânia Barbosa	- ausente
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jaques Testoni	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Marcos Donadon	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Neodi	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

A PEC aprovada em segunda discussão e votação, com 19 votos favoráveis. Está aprovada.

Vai ao Expediente.

Deputado Ribamar, eu estava pensando, Deputado Neodi, aqui, por exemplo, todos os Deputados vêm e registram a presença, mas na hora da votação, se faltarem à votação... eu estava pensando de não aceitar nem justificativa, porque Deputado

vem aqui, registra a presença e depois... Nós vamos fazer, Deputado Luiz Cláudio, quem assinar a lista de presença, a lista de presença não vai ser suficiente para abonar a presença não. Vai ter que ficar no Plenário durante toda a votação dos Projetos. Porque não dá para toda vez chegar aqui, estão os 24 Deputados e ter que ficar correndo atrás de Deputado para votar Projeto, não vamos aceitar.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Principalmente, Presidente, no dia de terça-feira, tem que fazer uma resolução, para que se coloque isso em prática, na terça-feira.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Principalmente, na terça-feira, o Deputado que não estiver no Plenário que registrar presença, e não estiver no Plenário na hora da votação, eu vou colocar falta e não tem justificativa, a não ser que dê um infarto aqui.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LEBRÃO – Eu gostaria que só cumprisse o Regimento. Isso já está no Regimento.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sabe o que é Deputado Flávio, aqui na terça-feira nós votamos tudo, todas as Matérias nós votamos, tranquilo. Os Deputados ficam incomodados porque tem debate. O Parlamento, sem debate não presta.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 081/12 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM Nº 175 - Institui a Política Estadual de Apoio ao Associativismo, Cooperativismo, Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável – POLESOL e revoga a Lei nº 1.462, de 11 de abril de 2005.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O Projeto de Lei Complementar nº 081/12 do Poder Executivo, em segunda discussão e votação.

Votação nominal.

O painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	– sim
- Deputado Adriano Boiadeiro	- sim
- Deputada Ana da Oito	- ausente
- Deputado Claudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputada Epifânia Barbosa	- ausente

- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- abst. reg.
- Deputado Jaques Testoni	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- ausente
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	– sim
- Deputado Marcos Donadon	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Neodi	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

Com 15 votos favoráveis, 01 abstenção regimental, está aprovado o Projeto em segunda discussão e votação.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 118/13 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM 071 - Cria Cargo de Direção Superior de Assessor Especial – SINIAV na estrutura do DETRAN/RO e dá outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 118/13. Em discussão. Não havendo Deputados para discutir, em votação.

Votação nominal.

O painel já está à disposição.

Precisa de 13 votos favoráveis para aprovação do Projeto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	– sim
- Deputado Adriano Boiadeiro	- sim
- Deputada Ana da Oito	- ausente
- Deputado Claudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputada Epifânia Barbosa	- ausente
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- abst. reg.
- Deputado Jaques Testoni	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- ausente
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente

- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Marcos Donadon	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Neodi	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

Com 15 votos favoráveis, 01 abstenção regimental. Está aprovado em segunda discussão e votação.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 595/12 DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA - Proíbe a cobrança de tarifa de água no valor do consumo mínimo multiplicado pelo número de economias existentes no imóvel, quando houver único hidrômetro no local.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 595/12 do Deputado Jean.

Em discussão. Não havendo Deputados para discutir, em votação.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 709/12 DA DEPUTADA GLAUCIONE. Declara de Utilidade Pública Associação dos Kartistas de Rolim de Moura – RMKART, com sede no município de Rolim de Moura.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto.

Em discussão. Não havendo Deputados para discutir em votação.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 746/13 DO DEPUTADO EUCLIDES MACIEL - Declara de Utilidade Pública a Associação de Artes Marciais e a Atividades Físicas – IMPACTO.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Em segunda discussão e votação.

Em discussão. Não havendo Deputados para discutir em votação.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 752/13 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM Nº 010/13 - Autoriza o Poder Executivo a transferir ao município de Costa Marques, mediante doação, edificações pertencentes ao Estado de Rondônia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Em segunda discussão e votação.

Em discussão. Não havendo Deputados para discutir em votação.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 753/13 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM Nº 016 - Autoriza o Poder Executivo a transferir ao município de Vilhena, mediante doação, edificações pertencentes ao Estado de Rondônia.

“

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Em segunda discussão e votação.

Em discussão. Não havendo Deputados para discutir, em votação.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 764/13 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM Nº 027 - Autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante doação, as edificações pertencentes ao Estado de Rondônia ao município de Vilhena.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Em segunda discussão e votação.

Em discussão. Não havendo Deputados para discutir, em votação.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 765/13 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM Nº 028 - Autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante doação, as edificações pertencentes ao Estado de Rondônia ao município de Vilhena.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Em segunda discussão e votação.

Em discussão. Não havendo Deputados para discutir, em votação.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 766/13 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM Nº 029 - Autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante doação, as edificações pertencentes ao Estado de Rondônia, realizadas nas instalações do Posto de Saúde Sandoval Meira, no município de Guajará-Mirim.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 766/13 do Poder Executivo.

Em discussão. Não havendo Deputados para discutir, em votação.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 768/13 DO DEPUTADO LEBRÃO - Declara de Utilidade Pública a Associação Esportiva Serra Dourada Linha 94 km 04 Lado Sul, no município de São Miguel do Guaporé/RO.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 768/13 do Deputado Lebrão.

Em discussão. Não havendo Deputados para discutir, em votação.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 769/13 DO DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO - Declara de Utilidade Pública a entidade Fundação de Apoio a Pesquisa Científica, Educacional e Tecnológico de Rondônia, denominada de Instituto de Pesquisa de Rondônia – IPRO, com sede na cidade de Porto Velho.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 769/13 do Deputado Luiz Cláudio.

Em discussão. Não havendo Deputados para discutir, em votação.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 770/13 DO DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO - Declara de Utilidade pública a Entidade Associação de Desenvolvimento Agrícola e Ambiental de Produtores Rurais da Linha Quatro e Entorno – ASPROL-4, com sede na cidade de Porto Velho.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 770/13 do Deputado Luiz Cláudio. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 785/13 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM Nº 032 - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$820.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar – FUNESBOM.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 785/13 do Poder Executivo.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 787/13 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM Nº 034 - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação até o montante de R\$15.040.500,00, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar – FUNESBOM.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 787/13 do Poder Executivo.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 812/13 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM Nº 067 - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$548.638,49, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 812/13 do Poder Executivo.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 853/13 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM Nº 091 - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit

financeiro até o montante de R\$14.470.582,14, em favor da Unidade Orçamentária Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN- RO.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 853/13 do Poder Executivo.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 842/13 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM Nº 075 - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação até o montante de R\$3.776.900,00, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária – SEAGRI.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 842/13 do Poder Executivo.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 758/13 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM Nº 021 - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional por excesso de arrecadação até o montante de R\$150.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento da Polícia Militar do Estado – FUNRESPOM.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 758/13 do Poder Executivo.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 810/13 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM Nº 065 - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$2.088.952,00, em favor da Unidade Orçamentária Fundo de Investimento e Apoio ao Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira do Estado de Rondônia – FUNDO PROLEITE.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 810/13 do Poder Executivo.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 834/13 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM Nº 064 - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar até o montante de R\$1.258.240,48, em favor da Unidade Orçamentária Procuradoria Geral do Estado – PGE.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 834/13 do Poder Executivo.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Eu só queria, antes de pedir para o nosso Secretário vir com o próximo Projeto, dizer que esse Governo, qualquer coisa, qualquer ação, se for para comprar um quilo de feijão para o agricultor, se for para comprar um remédio para um hospital, não tem dinheiro para nada. Não tem dinheiro para comprar uma ambulância, não tem dinheiro para nada. Agora, todo dia, toda Sessão, o que tem de Projeto de suplementar aqui, é milhões e milhões, não é pouco não, Deputado Cláudio. E aqui, Deputado Cláudio, tem época que chega de cem milhões, uns de cem, uns de cinquenta, outros de setenta. E não tem dinheiro, e não tem dinheiro, o Estado não tem dinheiro. Agora, eu não sei se vocês viram, saiu num site aí, o cunhado de... aquilo ali não é montagem não. Ali é ele mesmo, ali é uma foto dele, ele num centro de macumba, e ali é o ídolo dele. Ali é o cara que representa a pilantragem no mundo. E ele está lá fantasiado, parece que é 'bilingue' ou 'pilingue', pilantra. Parece que é inglês: 'pilingue', uma coisa assim, que é pilantra em português. E está lá Deputado Neodi, aquilo não é uma montagem não, e ainda se fantasia. Além de se fantasiar, não tem as crianças? Um gosta de super-homem, outro gosta do Batman, o dele, o super herói dele é o pilantra, um tal de 'pilingue'. Eu falo que a quadrilha que tinha aqui em Porto Velho, eu sempre citei que a quadrilha daqui, é uma quadrilha, como se fosse batedor de carteira, a do Estado já é mais qualificada. Já é mais... já assalta posto de gasolina, já assalta Banco. É bem maior. E quer que o Estado suporte, o cara vai pedir ajuda para o povo, o cara tem um cunhado desse e vai pedir ajuda para o povo. Eu quero que o povo me ajude, porque eu não consigo mais comprar a comida dos presos. Diz que não consegue mais bancar os presos de Rondônia. E realmente construir, querendo construir mais presídios, construir mais hospitais, é lógico que vai chegar a um ponto que esse trem vai quebrar mesmo. E ele sabe disso, o Governador Confúcio sabe disso, eu até falo que eu fico triste quando eu vejo um homem igual Confúcio Moura, Roberto Sobrinho, que são pessoas que não são bandidos, que não são bandidos, são pessoas boas, pessoas inteligentes, mas que se juntaram com tanta gente ruim, colocaram ao redor deles, fizeram, sei lá, acertos e acordos com tantos vagabundos, que depois eles não têm moral para nada, Deputado Ribamar. Porque eu não acredito que o doutor Confúcio Moura e o Roberto Sobrinho, a não ser que eles enganem muito bem. Mas é como eu falei,

eles caem na bandalheira, eles aceitam tudo. Aí a pessoa chama o Roberto Sobrinho de corrupto, aí o Roberto vai dizer: não, lá era quatorze milhões a obra, mas nós só pagamos cinco. E tem que olhar se tem alguma coisa feita, para ver de quanto foi o roubo, porque quando chega lá não tem nada. Eles só jogaram o capim para o lado da vala, jogaram um pouco a lama para ali, e veio a fatura. E aí quer que o Ministério Público fale que eles aplicaram. Porque se eles tivessem aplicado a metade do dinheiro bem aplicado, eles iam ver lá. Não, foi aplicado X, e o outro X, comeram. Mas não tem nada lá. O mesmo caso é o da EMDUR, tentando convencer de uma forma... E o Roberto Sobrinho sabia, que todo mundo sabia, e que todo mundo sabe. Agora, o duro é isso, é nós sabermos que esse povo está assaltando o Estado e não acontece nada. Agora vai um miserável num supermercado e pega um biscoito para comer que na hora ele é pego e vai para a cadeia. Agora, esse bando, Deputado Lebrão, fica sugando, saqueando este Estado e esses municípios, porque tem alguns Prefeitos aqui neste Estado que meu Deus do céu, é de alta periculosidade, os bichos são ligeiros, e não tem quem agüente, meu amigo. É uma vergonha você viver num Estado maravilhoso desse, Deputado Luiz Cláudio, Deputado Ribamar. Este Estado nas mãos... mas primeiro, quando eu falo assim das pessoas, eu me incluo, eu posso até me incluir, porque nós temos culpa no cartório, nós os Deputados, os Vereadores, temos culpa sim, no cartório. Mas nós não temos poder de mudar nada, Deputado Ribamar, nós não temos. Quem tem poder de mudar tudo, de fazer, é o Executivo, inclusive, de dar exemplo em todo lugar. O Executivo, quando é correto, é muito mais fácil a Assembleia ser correta, o Tribunal de Justiça ser correto, a imprensa ser correta, a sociedade ser correta. Agora, quando o Executivo só dá... muitas vezes o Executivo é que fomenta a pilantragem, é que anda... Em vez de combater e de educar, de educar a sociedade, não, o próprio Executivo é que anda assediando, assediando os esqueminhas, Deputado Cláudio.

Como o jogo da política é bruto, termina quase todo mundo se envolvendo, quase todo mundo se envolvendo. E a minha tristeza é com isso. Eu falei isso para o Roberto Sobrinho anos atrás, antes de eu denunciá-lo e de criticá-lo na imprensa. A mesma coisa com o Governador Confúcio Moura, mas parece que eles ficaram tapados, eles ficavam com raiva de mim. Quando eu chegava alertando: '- Roberto, aquela ENDUR; Roberto, tem...' Os bichos são ligeiros demais, lá eles roubam tudo... Mas o Roberto Sobrinho parece que nem escutava eu falar. E não era só eu falando não, a Deputada Epifânia falava, o Deputado Ribamar falava, todo mundo falava. Todo mundo sabia que aquele Mário Sérgio era um ladrão fino e o tal de Wilson era o ratinho, era a catita que vivia roubando lá, vinte e quatro horas. Depois ele foi dizer que foi ele que denunciou o Mário Sérgio no Ministério Público. São umas coisas assim que entristecem. Deputado Ribamar, aqui em Rondônia tinha... eu todo dia chamo o Governador Confúcio Moura e digo: - Governador, vamos nos juntar e fazer este Estado, em dez anos um dos melhores Estados deste país. Porque a corrupção na política, no mundo, não acaba cem por cento, mas pelo menos você puxar, Deputado Luiz, você puxar a corrupção para níveis aceitáveis, dá para

fazer tranquilo, com facilidade. Porque o problema hoje é o seguinte: o Executivo coloca, ele incentiva todo mundo, é como se fosse na selva, a lei da sobrevivência, parece que quem é honesto é otário, é doido ou é idiota. Parece que é isso. Parece que não vale a pena ser honesto e que o crime compensa, e sabemos que não compensa. O crime não compensa. Cite-me um exemplo, no mundo, Deputado Adelino, de um cara perverso ou ditador, gente ruim ou corrupto, me cite um exemplo de um, no mundo, desde o começo que o mundo surgiu, me cite um exemplo de uma pessoa que se deu bem na vida, que está na história como se deu bem. Nenhum se dá bem. Todos vão se dar mal, politicamente todo mundo perde, no final até eles perdem. E nós temos que fazer ao contrário, nós temos que fazer a política republicana, a política que todo mundo ganha, que os políticos ganham, que os trabalhadores ganham, que os empresários ganham, que o Estado ganha, que todo mundo ganha. Essa é que é a política, Deputado Lebrão. E essa é fácil de fazer...

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LEBRÃO – Mas infelizmente, Deputado Hermínio, Vossa Excelência fala que o crime não compensa, mas eu acho que no Brasil até compensa. Nós vemos Renan Calheiros novamente no Senado, nós estamos vendo o Sarney, nós temos o desprazer de ver o Fernando Collor de Melo. Parece que o povo brasileiro não aprendeu a votar. Os verdadeiros políticos, os que são exemplos, infelizmente, não são reeleitos. Por exemplo, vou citar o Mão Santa, e tantos outros que marcaram a história no cenário político do Brasil.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu tenho um CD, inclusive até nos camelôs, tem um CD de um pouco das picaretagens desse cunhado, e vou por um telão aqui para nós, para os senhores assistirem um pedacinho, para os senhores verem o tanto que o cabra é um pilantra safado. Deputado Ribamar, é nojento. É só para fazer rolo. É um cafetão, é um gigolô, picareta. É um safado de 5ª qualidade. E uma pessoa daquela ali, Deputado Ribamar, é quem manda neste Estado, quem manda neste Estado é ele. O cara chegou em Porto Velho, ganhava três mil e quinhentos e a mulher ganhava três mil e quinhentos reais por mês. Compraram uma mansão no primeiro mês, por um milhão de reais. Estão lá morando. Isso aí é só uma fichinha, porque ele ganha um milhão por hora. Tem uns esquemas grandes aí, é terrível, Deputado Cláudio. E um elemento desses está aí. Quantas pessoas ele não anda tentando comprar e corromper por aí, em todas as áreas, na mídia, na própria Assembleia? Quantas vezes ele não tenta assediar os Deputados, a Justiça ou coisa parecida? Como é que nós vamos acabar com a corrupção se nós temos, se quem fomenta são eles? Porque se o Executivo não fosse corrupto, com certeza a corrupção nos outros lugares era menor, Deputado Luiz. A questão da própria Assembleia;

quando a Assembleia foi envolvida nesse caso agora, não tem uma vírgula da Assembleia, é tudo lá no Executivo. Tem um chefe... Quem é o chefe da quadrilha, que era falado na ligação lá? Quem é o chefe da quadrilha? o chefe não é o Assis, não. O Assis é um picaretão, o chefe é, pelo menos eu tenho certeza absoluta, que o chefe que é dito lá é o Governador Confúcio Moura, ele é o chefe. Quem fez todos os acertos com o Presidente Valter. O Valter nunca fez acerto com o Batista. Todos os acertos que eram feitos, o Valter acertava com o Governador Confúcio Moura, inclusive como se fosse uma forma, que o Valter já tinha os contratos na Saúde desde 99. Depois jogaram tudo nas costas da Assembleia e até hoje não saiu nada deles, mas eu espero que uma hora saia.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 754/2013 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM Nº 017 - Autoriza o Poder Executivo a transferir ao município de Vilhena, mediante doação, edificações pertencentes ao Estado de Rondônia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI Nº 738/2013 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM Nº 007 - Autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante doação, as edificações pertencentes ao Estado de Rondônia ao município de Vilhena.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 738/13 do Poder Executivo.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI Nº 763/2013 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM Nº 026 - Autoriza o Poder Executivo a transferir, mediante doação, as edificações pertencentes ao Estado de Rondônia, realizadas no Ginásio de Esportes Gerivaldo José de Souza, no município de Ji-Paraná.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 763/13 do Poder Executivo.

Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Encerrada a Ordem do Dia.

Antes de encerrar a Sessão, comunico a realização de Audiência Pública para debater sobre o aumento do impacto ambiental nas Usinas do Madeira e acerca das compensações sociais, de

autoria do Deputado Hermínio Coelho, no dia 24 de abril, às 15 horas.

É muito importante que na quinta-feira os Deputados estejam aqui nesse debate, Deputado Euclides, Deputado Adelino, Deputada Ana. Amanhã, é importante que todos os Deputados estejam aqui porque nós vamos... O que nós queremos com isso, Deputado Adelino? Vamos ver se nós conseguimos fazer, juntar... o Governador vir conosco para nós fazermos o Governo Federal cumprir a questão da transposição até 1991 e anistiar essa dívida do BERON. Amanhã, quinta-feira vai ter a Audiência de Conciliação do Ministro Lewandowski, foi a pedido nosso. Nós conseguimos pedir, mas lá, o que acontece? O Supremo não vai julgar. O Supremo sabe que Rondônia tem razão, mas ele não vai dar essa causa, não vai julgar a favor de Rondônia porque vai abrir um precedente para um monte de Estado da Federação. Mas o que o Ministro Lewandowski quer, Deputado Euclides? Ele está convocando todas as partes interessadas, Banco Central, União, Governo de Rondônia para chegar num acordo. Agora, a minha preocupação é que parece que o Governo não tem muito interesse de anistiar essa dívida não, porque ele está querendo fazer empréstimo para pagar dívida, pegar dinheiro em dólar para pagar dívida. Se esse Governo não for lá representar e fazer o papel dele no sentido de tirar essa dívida da... Porque tem hora que eu acho que nem lá eles vão. E se esse Governo não for lá, nós temos que... Nós não podemos deixar esse Governo fazer todo tipo de barbaridade neste Estado e ficar aqui aprovando remanejamento ou não sei o quê na hora que chega aqui nesta Casa, e ninguém abre a boca. Nós temos que fazer o nosso papel, Deputado Adelino, porque eles não estão nem aí sobre essa questão da dívida. Nós já pagamos um bilhão, duzentos e setenta milhões e falta ainda pagar um bilhão e trezentos. E a dívida, quando o Raupp entregou para o Banco Central, era de quarenta e oito milhões de reais, de quarenta e oito milhões nós já pagamos um bilhão. Nós já pagamos mais de vinte vezes, nós já pagamos vinte e seis vezes a dívida e ainda falta pagar trinta vezes. Nós vamos pagar cinquenta e seis vezes mais a dívida. Dívida que nós não fizemos, porque essa dívida de quarenta e oito milhões não foi eu quem fiz, não foi o Deputado Adriano Boiadeiro, não foi o Deputado Adelino, pelo menos eu acho que não foi, não foi o Deputado Zequinha, mas mesmo assim nós já pagamos vinte e seis vezes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Era importante também que nós Deputados tivéssemos marcado, pelo menos alguns Deputados, para ir lá fazer presença.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – A questão é a seguinte: o Ministro está convocando o Estado, a União, o Banco Central com seus procuradores com autonomia para assinar na hora o acordo. Por exemplo, se o Estado de Rondônia e a

União chegar lá e disser: ‘– Olha, eu quero rever essa dívida sim, nós queremos ou deixar pela metade, ou já está pago tudo, ou quitaram, ou vamos diminuir o juro ou coisa parecida’. Eu espero que o Governo esteja lá para defender, porque é criminoso esses dezesseis milhões que todo mês vem descontado do repasse do nosso Estado. Por isso que é importante esta Audiência amanhã, e a presença de todos os Deputados aqui para nós provarmos que eles dobraram o impacto ambiental.

O problema do Joana D’Arc, quando eles fizeram o tal do EIA/RIMA, o que foi autorizado realmente não afetava muito o Joana D’Arc, onde o pessoal está sendo atingido hoje, mas como eles dobraram o impacto sem autorização, como isso está tudo fora da lei, é lógico que eles não vão compensar essas pessoas que foram atingidas pelo que eles aumentaram sem autorização do Estado, do IBAMA e do município.

O SR. ADELINO FOLLADOR – É importante que o Prefeito também esteja presente, provocar a prefeitura de Porto Velho porque ela é responsável também por esses acordos que foram feitos pela prefeitura, o Governo do Estado...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Prefeito) – O prefeito, você fala o outro?

O SR. ADELINO FOLLADOR – O atual, porque cabe a ele também defender Porto Velho, é o Prefeito.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Prefeito) – Sim, sim, estão sendo convidados todos, mas não sei se eles têm coragem de vir aqui, mas estão sendo convidados todos. Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 20 horas e 11 minutos).

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ERRATA

No Diário Oficial da Assembleia Legislativa nº 061, pag. 898, publicado no dia 30 de abril de 2013, promovendo a seguinte alteração no ATO Nº 2245/2013-SRH/P/ALE, que Recompõe a Comissão Especial de Regularização Contábil.

ONDE SE LÊ:

Secretário: HIGO STEPHANYE PINTO GONÇALVES.

LEIA-SE:

Secretária: NELMA MARIA JERONIMO VIEIRA.

Porto Velho-RO, 30 de abril de 2013.

Eva Vilma Ferreira Nunes
Superintendente - SRH/ALE-RO

ATO N.º 2257/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005,

ALTERAR

A composição dos membros da Comissão de Acompanhamento e Certificação de Serviços de Telefonia da Assembleia Legislativa, recomposta pelo ATO Nº 2249/2013-SRH/P/ALE, publicado no Diário Oficial Nº 061, pág. 897 de 30 de abril de 2013.

Presidente: ROSIVALDO DA SILVA MOQUEDACE
Membros: ISAAC C. DE MENEZES JUNIOR
SANDRA GALDINO LEITE DE SOUZA
MARIA MARILU DO R. BARROS SILVEIRA
ELI MARINHO DE SOUZA
Secretária: NATALY MALDONADO GOMES DANTAS

Porto Velho, 30 de abril de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETARIO GERAL

ATO N.º 2258/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326 de 10 de novembro de 2005, combinado com a LC Nº 705, de 20 de março de 2013, Atos nº 0799/2013-SRH/P/ALE e Atos nº 0850/2013-SRH/P/ALE.

ALTERAR

A composição dos membros do Comitê de Gerências de Programa para Gestão do Plano Plurianual, Instituída pelo Ato nº 2256/2013-SRH/P/ALE, publicado no Diário Oficial Nº 061, pág. 899 de 30 de abril de 2013.

LUCIANA CALDEIRAS SIMOES DA SILVA NOBRE DE SOUZA
– Apoio Adm. do Poder Legislativo

LUCIANO DOS SANTOS GUIMARÃES
– Modernização do Poder Legislativo

CARLOS ALBERTO MARTINS MANVAILER
– Ação Parlamentar

RENNE ANDRE VALENTE LOBO
– Escola do Legislativo

TANANY ARALY BARBETO
– Operações Especiais

Porto Velho, 30 de abril de 2013.

JOSE HERMÍNIO COELHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETARIO GERAL